

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025	7
DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	8
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025	19
DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	20
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	21
Demonstração de Valor Adicionado	22

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	24
---	----

Notas Explicativas	34
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	103
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	106
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	107

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	251.307.343
Preferenciais	0
Total	251.307.343
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1	Ativo Total	14.069.255	11.550.290	11.978.723
1.01	Ativo Circulante	112.019	37.931	117.052
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.889	36.519	3.454
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.291	397	23.201
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.291	397	23.201
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	106.839	1.015	90.397
1.01.08.03	Outros	106.839	1.015	90.397
1.01.08.03.01	Créditos com partes relacionadas	106.839	1.015	90.397
1.02	Ativo Não Circulante	13.957.236	11.512.359	11.861.671
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	311	13.660	39.932
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	311	13.660	39.932
1.02.01.10.03	Tributos a recuperar	0	13.270	39.614
1.02.01.10.04	Depósitos e bloqueios judiciais	311	390	318
1.02.02	Investimentos	13.893.905	11.435.679	11.758.719
1.02.02.01	Participações Societárias	13.893.905	11.435.679	11.758.719
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	24.188	18.663	10.431
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	13.869.717	11.417.016	11.748.288
1.02.04	Intangível	63.020	63.020	63.020
1.02.04.01	Intangíveis	63.020	63.020	63.020
1.02.04.01.02	Ágio	63.020	63.020	63.020

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2	Passivo Total	14.069.255	11.550.290	11.978.723
2.01	Passivo Circulante	23.612	383	2.100.992
2.01.02	Fornecedores	152	338	455
2.01.03	Obrigações Fiscais	1	17	15
2.01.05	Outras Obrigações	23.459	28	2.100.522
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	23.459	28	2.100.522
2.02	Passivo Não Circulante	117.332	117.332	117.332
2.02.02	Outras Obrigações	117.332	117.332	117.332
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	117.332	117.332	117.332
2.03	Patrimônio Líquido	13.928.311	11.432.575	9.760.399
2.03.01	Capital Social Realizado	19.201.303	11.717.414	9.509.569
2.03.04	Reservas de Lucros	938.100	5.983.889	6.609.962
2.03.04.01	Reserva Legal	123.074	331.323	331.323
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	815.026	5.652.566	6.278.639
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-6.211.092	-6.268.728	-6.359.132
2.03.08.01	Ganhos e perdas em transações de capital	-6.241.367	-6.241.367	-6.241.367
2.03.08.02	Outros resultados abrangentes	30.275	-27.361	-117.765

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	2.472.088	-522.008	1.996.855
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-711	-980	-757
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	485	784	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2	-496	-4.246
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.472.316	-521.316	2.001.858
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.472.088	-522.008	1.996.855
3.06	Resultado Financeiro	-9.608	-120.499	-260.566
3.06.01	Receitas Financeiras	2.978	3.925	8.384
3.06.02	Despesas Financeiras	-12.586	-124.424	-268.950
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.462.480	-642.507	1.736.289
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-996	0	0
3.08.01	Corrente	-996	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.461.484	-642.507	1.736.289
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	2.461.484	-642.507	1.736.289
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,00979	-0,0028	0,00853

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
4.01	Lucro Líquido do Período	2.461.484	-642.507	1.736.289
4.02	Outros Resultados Abrangentes	57.636	90.404	-133.907
4.02.01	Ganho (perda) na atualização do plano de benefício	86.412	134.458	-205.922
4.02.02	Efeito de imposto de renda e contribuição social sobre o ganho (perda) na atualização do plano de be	-29.380	-45.718	70.014
4.02.03	Reflexo de variação cambial sobre investimento líquido no exterior	604	1.664	2.001
4.03	Resultado Abrangente do Período	2.519.120	-552.103	1.602.382

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.368	43.235	-16.208
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-9.836	-5.723	2.761
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	2.462.480	-642.507	1.736.289
6.01.01.03	Juros provisionados	0	115.468	268.330
6.01.01.04	Equivalência patrimonial	-2.472.316	521.316	-2.001.858
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	11.204	48.958	-18.969
6.01.02.01	Tributos a recuperar, líquidos	12.376	49.147	91
6.01.02.02	Impostos, taxas e contribuições a pagar	-677	2	-10.669
6.01.02.03	Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	-335	0	-8.803
6.01.02.04	Partes relacionadas	-53	-3	491
6.01.02.05	Fornecedores	-186	-117	-73
6.01.02.06	Depósitos e bloqueios judiciais	79	-71	-6
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-33.998	-18.559	19.117
6.02.01	Aumento de capital	-35.000	-123.000	-74.000
6.02.02	Mudança de participação	-1	-8	0
6.02.03	Dividendos	1.003	104.449	93.114
6.02.04	Caixa e equivalentes de caixa proveniente de dissolução de empresa	0	0	3
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	8.389	0
6.03.01	Empréstimos, debêntures e partes relacionadas pagos	0	-1.538.000	0
6.03.02	Juros pagos	0	-661.456	0
6.03.03	Aumento de capital	0	2.207.845	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-32.630	33.065	2.909
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	36.519	3.454	545
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.889	36.519	3.454

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	11.717.414	0	5.983.889	0	-6.268.728	11.432.575
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	11.717.414	0	5.983.889	0	-6.268.728	11.432.575
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-23.384	0	-23.384
5.04.08	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-23.384	0	-23.384
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.461.484	57.636	2.519.120
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.461.484	0	2.461.484
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	57.636	57.636
5.05.02.06	Atualização do passivo atuarial, líquido	0	0	0	0	57.032	57.032
5.05.02.07	Variação cambial sobre investimento líquido em controlada no exterior	0	0	0	0	604	604
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	7.483.889	0	-5.045.789	-2.438.100	0	0
5.06.04	Constituição de reserva legal	0	0	123.074	-123.074	0	0
5.06.05	Constituição de reserva de lucros	0	0	815.026	-815.026	0	0
5.06.06	Aumento de capital	7.483.889	0	-5.983.889	-1.500.000	0	0
5.07	Saldos Finais	19.201.303	0	938.100	0	-6.211.092	13.928.311

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	9.509.569	0	6.609.962	0	-6.359.132	9.760.399
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.509.569	0	6.609.962	0	-6.359.132	9.760.399
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.207.845	0	16.501	0	0	2.224.346
5.04.01	Aumentos de Capital	2.207.845	0	0	0	0	2.207.845
5.04.08	Reversão de dividendos mínimos obrigatórios	0	0	16.501	0	0	16.501
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-642.574	90.404	-552.170
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-642.507	0	-642.507
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-67	90.404	90.337
5.05.02.06	Atualização do passivo atuarial, líquido	0	0	0	0	88.740	88.740
5.05.02.07	Variação cambial sobre investimento líquido em controlada no exterior	0	0	0	0	1.664	1.664
5.05.02.08	Reflexo de outras movimentações	0	0	0	-67	0	-67
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-642.574	642.574	0	0
5.06.06	Absorção do prejuízo do exercício	0	0	-642.574	642.574	0	0
5.07	Saldos Finais	11.717.414	0	5.983.889	0	-6.268.728	11.432.575

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	9.509.569	0	4.874.513	0	-6.225.231	8.158.851
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.509.569	0	4.874.513	0	-6.225.231	8.158.851
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	15.007	-16.507	6	-1.494
5.04.08	Reversão de dividendos mínimos obrigatórios	0	0	15.007	0	0	15.007
5.04.09	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-16.501	0	-16.501
5.04.11	Perdas em transações de capital, líquidas	0	0	0	-6	6	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.736.949	-133.907	1.603.042
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.736.289	0	1.736.289
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	660	-133.907	-133.247
5.05.02.06	Reflexo de outras movimentações	0	0	0	660	0	660
5.05.02.07	Atualização do passivo atuarial, líquido	0	0	0	0	-135.908	-135.908
5.05.02.08	Variação cambial sobre investimento líquido em controlada no exterior	0	0	0	0	2.001	2.001
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.720.442	-1.720.442	0	0
5.06.04	Constituição de reserva legal	0	0	86.847	-86.847	0	0
5.06.05	Constituição de reserva de lucros	0	0	1.633.595	-1.633.595	0	0
5.07	Saldos Finais	9.509.569	0	6.609.962	0	-6.359.132	9.760.399

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.01	Receitas	379	537	551
7.01.02	Outras Receitas	379	537	551
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-327	-969	-510
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-327	-969	-510
7.03	Valor Adicionado Bruto	52	-432	41
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	52	-432	41
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.475.294	-517.391	2.010.242
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.472.316	-521.316	2.001.858
7.06.02	Receitas Financeiras	2.978	3.925	8.384
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.475.346	-517.823	2.010.283
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.475.346	-517.823	2.010.283
7.08.01	Pessoal	280	261	256
7.08.01.01	Remuneração Direta	280	261	256
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.134	8.752	5.179
7.08.02.01	Federais	1.134	8.752	5.179
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	12.448	115.671	268.559
7.08.03.01	Juros	12.448	115.671	268.559
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.461.484	-642.507	1.736.289
7.08.04.02	Dividendos	23.384	0	16.501
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	2.438.100	-642.507	1.719.788

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1	Ativo Total	107.385.361	103.478.630	104.462.782
1.01	Ativo Circulante	13.512.443	11.960.694	12.234.035
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.362.468	932.608	1.175.322
1.01.03	Contas a Receber	8.057.709	7.397.627	6.998.633
1.01.03.01	Clientes	8.057.709	7.397.627	6.998.633
1.01.04	Estoques	738.623	554.994	496.023
1.01.06	Tributos a Recuperar	866.317	861.579	1.204.112
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	866.317	861.579	1.204.112
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.299.690	1.271.699	1.319.172
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.187.636	942.187	1.040.773
1.01.08.03	Outros	1.187.636	942.187	1.040.773
1.01.08.03.01	Créditos com partes relacionadas	437.951	334.114	476.003
1.01.08.03.02	Ativos contratuais	629.228	447.315	366.659
1.01.08.03.04	Outros	120.457	160.758	198.111
1.02	Ativo Não Circulante	93.872.918	91.517.936	92.228.747
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	23.797.001	22.408.818	20.594.197
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	528.452	0	0
1.02.01.07	Tributos Diferidos	12.660.825	13.145.219	12.143.664
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	1.625.865	1.454.004	1.314.739
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	124.070	28.472	10.756
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	8.857.789	7.781.123	7.125.038
1.02.01.10.03	Depósitos e bloqueios judiciais	5.277.601	4.588.538	4.423.338
1.02.01.10.04	Tributos a recuperar	3.208.339	2.910.708	2.389.257
1.02.01.10.06	Ativos contratuais	149.543	131.068	14.771
1.02.01.10.09	Outros	222.306	150.809	297.672
1.02.02	Investimentos	24.188	18.663	10.450
1.02.02.01	Participações Societárias	24.188	18.663	10.450
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	24.188	18.663	10.431

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0	19
1.02.03	Imobilizado	55.351.529	53.014.733	54.252.447
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	39.513.900	39.651.228	39.911.442
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	12.838.653	10.734.985	11.636.949
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	2.998.976	2.628.520	2.704.056
1.02.04	Intangível	14.700.200	16.075.722	17.371.653
1.02.04.01	Intangíveis	14.700.200	16.075.722	17.371.653
1.02.04.01.02	Intangível em operação	14.601.810	15.661.012	16.985.370
1.02.04.01.03	Intangível em andamento	98.390	414.710	386.283

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2	Passivo Total	107.385.361	103.478.630	104.462.782
2.01	Passivo Circulante	20.163.622	18.932.085	22.663.753
2.01.02	Fornecedores	8.100.339	8.370.018	8.305.874
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.939.420	2.873.941	2.860.828
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.814.914	2.774.998	2.604.531
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	84.863	69.193	214.066
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	39.643	29.750	42.231
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.869.020	1.846.356	5.561.575
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	1.021.046
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	0	1.021.046
2.01.04.02	Debêntures	1.869.020	1.846.356	4.540.529
2.01.05	Outras Obrigações	5.670.125	5.245.668	5.300.037
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	810.597	688.690	527.571
2.01.05.02	Outros	4.859.528	4.556.978	4.772.466
2.01.05.02.04	Receitas diferidas	360.125	203.146	248.107
2.01.05.02.05	Passivo atuarial	4.517	5.723	7.725
2.01.05.02.06	Outras obrigações	688.079	729.915	797.904
2.01.05.02.07	Passivo de arrendamento	3.806.807	3.618.194	3.718.730
2.01.06	Provisões	584.718	596.102	635.439
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	57.942	63.909	75.293
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	57.942	63.909	75.293
2.01.06.02	Outras Provisões	526.776	532.193	560.146
2.01.06.02.04	Participação de empregados no resultado	526.776	532.193	560.146
2.02	Passivo Não Circulante	62.315.561	64.438.750	62.801.199
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	7.190.650	8.578.314	3.000.000
2.02.01.02	Debêntures	7.190.650	8.578.314	3.000.000
2.02.02	Outras Obrigações	42.653.796	45.502.204	49.890.594
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	27.880.493	31.875.324	34.986.120

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2.02.02.02	Outros	14.773.303	13.626.880	14.904.474
2.02.02.02.03	Passivo atuarial	1.400.178	1.647.522	2.113.328
2.02.02.02.04	Obrigações fiscais, líquidas	0	210.165	145.445
2.02.02.02.05	Outras obrigações, líquidas	885.567	1.058.971	810.911
2.02.02.02.06	Receitas diferidas	68.993	101.041	136.379
2.02.02.02.07	Fornecedores	1.139.655	1.049.675	1.159.077
2.02.02.02.08	Passivo de arrendamento	11.278.910	9.559.506	10.539.334
2.02.04	Provisões	12.471.115	10.358.232	9.910.605
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	11.909.021	9.858.009	9.454.593
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	7.767.005	5.802.586	5.583.162
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	842.562	811.229	902.778
2.02.04.01.06	Provisões cíveis e regulatório	3.299.454	3.244.194	2.968.653
2.02.04.02	Outras Provisões	562.094	500.223	456.012
2.02.04.02.04	Provisão para desmantelamento de ativos	562.094	500.223	456.012
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	24.906.178	20.107.795	18.997.830
2.03.01	Capital Social Realizado	19.201.303	11.717.414	9.509.569
2.03.04	Reservas de Lucros	938.100	5.983.889	6.609.962
2.03.04.01	Reserva Legal	123.074	331.323	331.323
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	815.026	5.652.566	6.278.639
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-6.211.092	-6.268.728	-6.359.132
2.03.08.01	Ganhos e perdas em transações de capital	-6.241.367	-6.241.367	-6.241.367
2.03.08.02	Outros Resultados abrangentes	30.275	-27.361	-117.765
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	10.977.867	8.675.220	9.237.431

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	51.812.080	48.914.896	45.758.956
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-29.451.984	-28.490.155	-27.406.951
3.03	Resultado Bruto	22.360.096	20.424.741	18.352.005
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-11.646.457	-11.175.530	-10.993.549
3.04.01	Despesas com Vendas	-9.201.548	-8.758.843	-8.572.495
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.197.739	-3.695.684	-3.665.819
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.570.305	2.148.093	1.905.735
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-822.896	-877.409	-683.541
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	5.421	8.313	22.571
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	10.713.639	9.249.211	7.358.456
3.06	Resultado Financeiro	-4.997.568	-11.553.466	-4.919.272
3.06.01	Receitas Financeiras	2.984.733	507.235	2.389.065
3.06.02	Despesas Financeiras	-7.982.301	-12.060.701	-7.308.337
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	5.716.071	-2.304.255	2.439.184
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.008.930	997.641	538.914
3.08.01	Corrente	-583.031	-100.079	-257.278
3.08.02	Diferido	-425.899	1.097.720	796.192
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	4.707.141	-1.306.614	2.978.098
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	4.707.141	-1.306.614	2.978.098
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	2.461.484	-642.507	1.736.289
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	2.245.657	-664.107	1.241.809
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,00979	-0,0028	0,00853

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	4.707.141	-1.306.614	2.978.098
4.02	Outros Resultados Abrangentes	116.624	191.221	-274.109
4.02.01	Ganho (perda) na atualização do plano de benefício	174.822	284.218	-421.922
4.02.02	Efeito de imposto de renda e contrib. social sobre o ganho (perda) na atualização do plano de benefi	-59.439	-96.639	143.455
4.02.03	Reflexo de variação cambial sobre investimento líquido no exterior	1.241	3.642	4.358
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	4.823.765	-1.115.393	2.703.989
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	2.519.120	-552.103	1.602.382
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	2.304.645	-563.290	1.101.607

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	21.731.950	20.102.539	17.597.595
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	25.522.185	22.528.930	21.210.455
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	5.716.071	-2.304.255	2.439.184
6.01.01.02	Depreciação e amortização	12.678.938	12.512.379	12.330.569
6.01.01.04	Variações cambiais	-1.828.218	4.634.298	-1.515.394
6.01.01.05	Provisão para perdas de crédito esperadas	902.912	833.072	818.484
6.01.01.06	Provisão para obsolescência no estoque	-1.418	-1.410	60.414
6.01.01.07	Baixa de imobilizado e intangível	403.912	230.011	233.824
6.01.01.08	Provisão de juros e atualização monetária	5.974.975	5.758.157	5.779.955
6.01.01.09	Provisão para contingências	1.680.434	874.991	1.085.990
6.01.01.11	Equivalência patrimonial	-5.421	-8.313	-22.571
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3.790.235	-2.426.391	-3.612.860
6.01.02.01	Contas a receber	-1.562.994	-1.232.066	-1.390.210
6.01.02.02	Estoques	-182.211	-57.561	-58.431
6.01.02.03	Tributos a recuperar, líquidos	-303.313	-172.877	121.443
6.01.02.04	Depósitos e bloqueios judiciais	-46.268	106.033	105.306
6.01.02.06	Fornecedores e outras contas a pagar	-163.222	-26.953	-1.784.817
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições a pagar	648.532	58.751	553.894
6.01.02.08	Pagamento de Imposto de renda e contribuição social	-376.249	-80.997	-430.761
6.01.02.09	Provisões	15.030	-33.696	29.331
6.01.02.10	Receitas diferidas	124.931	-80.299	8.603
6.01.02.11	Partes relacionadas, líquidas	-374.415	414.625	-3.826
6.01.02.12	Despesas antecipadas	-199.852	-91.792	102.815
6.01.02.13	Obrigações sociais e trabalhistas	-11.533	-18.487	177.125
6.01.02.14	Pagamento de contingências	-807.423	-1.015.258	-1.085.370
6.01.02.15	Outras obrigações circulantes e não circulantes	-551.248	-195.814	42.038
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-9.732.819	-8.658.463	-9.221.209
6.02.01	Adições para imobilizado e intangível	-9.225.118	-8.658.195	-9.401.260

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.02.02	Mútuos concedidos	0	-2.547	-4.076
6.02.03	Aplicações financeiras	-507.700	0	0
6.02.04	Mútuos recebidos	0	1.700	0
6.02.05	Juros recebidos	0	587	0
6.02.06	Aquisição de empresa	0	0	184.124
6.02.07	Caixa e equiv de caixa proveniente de consolidação de empresas	0	0	3
6.02.08	Mudança de participação	-1	-8	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-11.569.271	-11.686.790	-8.940.733
6.03.01	Aumento de capital	0	2.207.845	0
6.03.04	Pagamento de arrendamento	-4.396.626	-4.115.557	-4.054.948
6.03.05	Financiamento, debêntures, mútuo pagos	-4.366.885	-13.905.558	-8.678.754
6.03.06	Financiamento, debêntures, mútuo obtidos	0	7.137.389	8.071.223
6.03.07	Juros pagos	-2.805.760	-3.010.909	-4.278.254
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	429.860	-242.714	-564.347
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	932.608	1.175.322	1.739.669
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.362.468	932.608	1.175.322

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	11.717.414	0	5.983.889	0	-6.268.728	11.432.575	8.675.220	20.107.795
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	11.717.414	0	5.983.889	0	-6.268.728	11.432.575	8.675.220	20.107.795
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-23.384	0	-23.384	-1.998	-25.382
5.04.08	Mudança de participação	0	0	0	0	0	0	-1	-1
5.04.09	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-23.384	0	-23.384	-1.997	-25.381
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.461.484	57.636	2.519.120	2.304.645	4.823.765
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.461.484	0	2.461.484	2.245.657	4.707.141
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	57.636	57.636	58.988	116.624
5.05.02.06	Atualização do passivo atuarial, líquido	0	0	0	0	57.032	57.032	58.351	115.383
5.05.02.07	Variação cambial sobre investimento líquido em controlada no exterior	0	0	0	0	604	604	637	1.241
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	7.483.889	0	-5.045.789	-2.438.100	0	0	0	0
5.06.04	Constituição de reserva legal	0	0	123.074	-123.074	0	0	0	0
5.06.05	Constituição de reserva de lucros	0	0	815.026	-815.026	0	0	0	0
5.06.06	Aumento de capital	7.483.889	0	-5.983.889	-1.500.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	19.201.303	0	938.100	0	-6.211.092	13.928.311	10.977.867	24.906.178

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	9.509.569	0	6.609.962	0	-6.359.132	9.760.399	9.237.431	18.997.830
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.509.569	0	6.609.962	0	-6.359.132	9.760.399	9.237.431	18.997.830
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.207.845	0	16.501	0	0	2.224.346	1.087	2.225.433
5.04.01	Aumentos de Capital	2.207.845	0	0	0	0	2.207.845	0	2.207.845
5.04.08	Reversão de dividendos mínimos obrigatórios	0	0	16.501	0	0	16.501	1.087	17.588
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-642.574	90.404	-552.170	-563.298	-1.115.468
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-642.507	0	-642.507	-664.107	-1.306.614
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-67	90.404	90.337	100.809	191.146
5.05.02.06	Atualização do passivo atuarial, líquido	0	0	0	0	88.740	88.740	98.839	187.579
5.05.02.07	Variação cambial sobre investimento líquido em controlada no exterior	0	0	0	0	1.664	1.664	1.978	3.642
5.05.02.08	Reflexo de outras movimentações	0	0	0	-67	0	-67	-8	-75
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-642.574	642.574	0	0	0	0
5.06.06	Absorção do prejuízo do exercício	0	0	-642.574	642.574	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	11.717.414	0	5.983.889	0	-6.268.728	11.432.575	8.675.220	20.107.795

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	9.509.569	0	4.874.513	0	-6.225.231	8.158.851	8.309.899	16.468.750
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.509.569	0	4.874.513	0	-6.225.231	8.158.851	8.309.899	16.468.750
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	15.007	-16.507	6	-1.494	-174.075	-175.569
5.04.08	Reversão de dividendos mínimos obrigatórios	0	0	15.007	0	0	15.007	265	15.272
5.04.09	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-16.501	0	-16.501	-1.087	-17.588
5.04.10	Mudança de participação em controladas	0	0	0	0	0	0	-173.253	-173.253
5.04.11	Perdas em transações de capital, líquidas	0	0	0	-6	6	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.736.949	-133.907	1.603.042	1.101.607	2.704.649
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.736.289	0	1.736.289	1.241.809	2.978.098
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	660	-133.907	-133.247	-140.202	-273.449
5.05.02.06	Reflexo de outras movimentações	0	0	0	660	0	660	0	660
5.05.02.07	Atualização do passivo atuarial, líquido	0	0	0	0	-135.908	-135.908	-142.559	-278.467
5.05.02.08	Variação cambial sobre investimento líquido em controlada no exterior	0	0	0	0	2.001	2.001	2.357	4.358
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.720.442	-1.720.442	0	0	0	0
5.06.05	Constituição de reserva legal	0	0	86.847	-86.847	0	0	0	0
5.06.06	Constituição de reserva de lucros	0	0	1.633.595	-1.633.595	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	9.509.569	0	6.609.962	0	-6.359.132	9.760.399	9.237.431	18.997.830

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.01	Receitas	62.978.787	58.946.905	55.225.517
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	62.274.268	58.443.147	54.669.611
7.01.02	Outras Receitas	1.607.431	1.336.830	1.374.390
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-902.912	-833.072	-818.484
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-22.537.070	-21.071.484	-19.953.969
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-8.412.127	-8.091.777	-7.716.938
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-14.124.943	-12.979.707	-12.237.031
7.03	Valor Adicionado Bruto	40.441.717	37.875.421	35.271.548
7.04	Retenções	-12.678.938	-12.512.379	-12.330.569
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-12.678.938	-12.512.379	-12.330.569
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	27.762.779	25.363.042	22.940.979
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.990.154	515.548	2.411.636
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	5.421	8.313	22.571
7.06.02	Receitas Financeiras	2.984.733	507.235	2.389.065
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	30.752.933	25.878.590	25.352.615
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	30.752.933	25.878.590	25.352.615
7.08.01	Pessoal	4.277.567	3.934.678	3.931.017
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.159.504	2.896.833	2.872.124
7.08.01.02	Benefícios	858.289	795.779	824.143
7.08.01.03	F.G.T.S.	259.774	242.066	234.750
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	13.647.642	11.086.492	11.026.579
7.08.02.01	Federais	5.291.739	3.419.647	3.765.924
7.08.02.02	Estaduais	8.062.574	7.414.513	7.027.604
7.08.02.03	Municipais	293.329	252.332	233.051
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	8.120.583	12.164.034	7.416.921
7.08.03.01	Juros	7.891.688	11.983.198	7.246.298
7.08.03.02	Aluguéis	228.895	180.836	170.623
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	4.707.141	-1.306.614	2.978.098

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.08.04.02	Dividendos	25.381	0	17.588
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	2.438.100	-642.507	1.719.788
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	2.243.660	-664.107	1.240.722

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Claro Telecom Participações S.A.****Relatório de Administração 2025**

A Administração da Claro Telecom Participações S.A. ("Claro Participações" ou "Companhia") submete à apreciação dos Senhores Acionistas, Colaboradores, Clientes, Fornecedores de Serviços e Produtos, Instituições Financeiras e à Sociedade em geral o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, acompanhados do Relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

1 – Introdução

A Companhia foi constituída em 27 de setembro de 2004, é sediada na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, e tem por objeto social exercer o controle de companhias exploradoras de serviços de telecomunicações. A Companhia tem como acionista controlador indireto a América Móvil S.A.B. de C.V. ("América Móvil"), sociedade organizada e existente de acordo com as leis do México.

A Companhia, através de suas controladas, diretas e indiretas, explora principalmente serviços de telecomunicações a nível nacional e internacional, os quais estão sujeitos a regulação da Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL"), além de serviços de outras naturezas tais como a exploração de capacidade satelital, streaming, Serviços de Valor Adicionado – SVA, *call center*, comercialização e locação de equipamentos, e, atividades de instituição de pagamentos.

A Companhia detém controle direto ou indireto, principalmente, das controladas indicadas a seguir, cujas principais atividades respectivamente desempenhadas destacam-se na sequência:

- Americel S.A. ("Americel"): Prestação de serviços de telecomunicações na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia – SCM, prestação de serviços de instalação e manutenção, locação e comercialização de bens.
- BrasilCenter Comunicações Ltda. ("BrasilCenter"): Prestação de serviços de teleatendimento, intermediação de negócios e atendimento presenciais, dentre outras atividades correlatas.
- Claro S.A. ("Claro"): Prestação de serviços de telecomunicações nas modalidades Serviço Móvel Pessoal – SMP, Serviço de Telefonia Fixa Comutada – STFC e Serviço de Comunicação Multimídia – SCM, além de outros serviços como "*Streaming*", Serviços de Valor Adicionado – SVA, locação e comercialização de equipamentos.
- Claro NXT Telecomunicações S.A. ("Claro NXT"): Prestação de serviço de telecomunicações, especialmente na modalidade de Serviços de Acesso Condicionado – SeAC (TV por Assinatura) e de Comunicação Multimídia – SCM, além de outros serviços como instalação e manutenção de equipamentos, Serviços de Valor Adicionado – SVA, locação e comercialização de bens.
- Claro Pay Holding S.A. ("Claro Pay Holding"): Participação exclusiva em instituições financeiras ou outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN").
- Claro Pay S.A. – Instituição de Pagamento ("Claro Pay"): Exploração de atividades de instituidor de arranjo de pagamento, atividades de instituição de pagamento, meios eletrônicos de pagamento e outras atividades correlatas. Em 21 de fevereiro de 2025 foi publicada no Diário Oficial da União a autorização concedida pelo BACEN para funcionamento da controlada Claro Pay como instituição de pagamento, nas modalidades emissor de moeda eletrônica e iniciador de transação de pagamento.
- Embratel Tvsat Telecomunicações S.A. ("Tvsat"): Prestação de serviços de telecomunicações na modalidade de Serviços de Acesso Condicionado – SeAC, no segmento de TV por assinatura via satélite (Direct To Home- DTH), além de outros serviços como provimento de capacidade satelital, Serviços de Valor Adicionado – SVA, serviço de instalação e manutenção de equipamentos, dentre outras atividades correlatas.

Claro Telecom Participações S.A.

Rua Henri Durant, 780 - Santo Amaro - São Paulo - SP - CEP: 04709-110

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Claro Telecom Participações S.A.****Relatório de Administração 2025**

- Ideas Musicales de Colombia S.A.S. (Colômbia): Prestação de Serviços de Valor Adicionado – SVA, serviços de *streaming* de áudio e outras atividades correlatas.
- Ideas Musicales S.A. (Argentina): Prestação de Serviços de Valor Adicionado – SVA, serviços de *streaming* de áudio e outras atividades correlatas.
- Ideas Musicales, Servicios, Interactividad y Comunidad Audiovisuales, S.A. de C.V. (México): Prestação de Serviços de Valor Adicionado – SVA, serviços de *streaming* de áudio e outras atividades correlatas.
- IMusica LLC (EUA): Prestação de Serviços de Valor Adicionado – SVA, serviços de *streaming* de áudio e outras atividades correlatas.
- Reyc Comércio e Participações Ltda. (“Reyc”): Importação, comércio de equipamentos e outras atividades correlatas.
- Telmex do Brasil S.A. (“TdB”): Prestação de serviços de telecomunicações na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia – SCM, prestação de serviços de instalação e manutenção, locação e comercialização de bens.

2 – Cenário Macroeconômico

De acordo com dados do IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 2,3% em 2025, o menor resultado desde a pandemia. Mesmo com sinais de desaceleração, os dados demonstram que praticamente todas as atividades econômicas apresentaram expansão.

De acordo com as informações divulgadas, o setor de serviços manteve desempenho positivo em 2025, registrando crescimento em todas as suas atividades, mesmo em um cenário de desaceleração econômica. No que diz respeito ao consumo das famílias, houve avanço de 1,3% no ano, embora em ritmo menor que em 2024. Esse movimento reflete, em grande parte, a combinação de fatores como a queda da taxa de desemprego, a melhora do mercado de trabalho e a ampliação do acesso ao crédito, além do impacto contínuo dos programas governamentais de transferência de renda, elementos que contribuíram para sustentar o poder de compra das famílias ao longo do período.

Este comportamento de menor ritmo do crescimento econômico muito se deve à política monetária contracionista do Banco Central, com a manutenção da taxa de juros elevada ao longo de todo o ano. A taxa Selic que influencia as demais taxas de juros do país, quando elevada, age de forma restritiva na economia, encarecendo o crédito, desestimulando os investimentos e o consumo. A taxa Selic iniciou o ano a 12,25% ao ano, atingiu em junho 15% ao ano e assim se manteve pelos meses seguintes. Por outro lado, a taxa de câmbio da moeda norte-americana apresentou uma queda de 11,14%, fechando o ano cotada a R\$5,50, contra a taxa de fechamento de 2024 que foi de R\$6,19.

Taxas de juros elevadas tiram força ao crescimento econômico. Nesse sentido, o Banco Central sinalizou, em reunião do Comitê de Política Monetária (“Copom”), a estratégia de iniciar, a partir do primeiro trimestre de 2026, um ciclo de redução da taxa Selic, e a expectativa é de encerrar o ano a 12,00% ao ano, conforme dados do Relatório Focus (base: 27/02/2026).

A indústria brasileira deverá ser o setor mais penalizado pela política monetária contracionista, crescendo ainda menos em 2026, e, de forma geral, mantendo a trajetória de moderação no crescimento da atividade econômica.

A nível global, em um ambiente externo de maiores incertezas diante de um cenário de extrema tensão geopolítica, para 2026 é esperada uma desaceleração econômica que pode gerar reflexos relevantes nos países, inclusive do Brasil.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Claro Telecom Participações S.A.****Relatório de Administração 2025****3 – Destaques do Ano**

A partir desta sessão se adotará o termo “Claro” quando se referir a aspectos do negócio como um todo, e/ou “Claro Empresas” quando se tratar especificamente de negócios corporativos, conforme marcas adotadas comercialmente, independentemente através de quais empresas os respectivos serviços são prestados.

O ano de 2025 foi marcado por eventos e conquistas relevantes, conforme destacado a seguir:

- Em dezembro de 2025 foi assinado termo que formalizou a adaptação dos contratos que regiam a concessão do serviço de telefonia fixa comutado de longa distância para o regime de autorização. Com a conclusão deste processo: (i) os bens utilizados para a prestação dos mencionados serviços deixaram de ser considerados reversíveis, ficando livres de ônus ou restrições; (ii) foram estabelecidos compromissos de investimentos e manutenção de longo prazo; (iii) e foram extintos determinados litígios relacionados à concessão;
- A Claro foi vencedora do prêmio Estadão Empresas Mais 2025, um dos principais rankings empresariais do país, promovido pelo jornal O Estado de São Paulo, que reconhece as empresas com melhor performance financeira, além da consistência histórica;
- A Claro foi reconhecida pelo *Speedtest Awards*, da *Ookla*, como a melhor rede 5G do Brasil e a rede fixa mais bem avaliada do país. Com base nos resultados do primeiro semestre de 2025, a Claro apresentou também as medições Wi-Fi mais rápidas do Brasil, consolidando-se como uma das poucas empresas no mundo a conquistar excelência em performance tanto na rede móvel quanto na fixa - um reconhecimento que reforça a qualidade e confiabilidade da sua conectividade para milhões de brasileiros;
- A Claro foi destaque no prêmio MIT *Innovation Workplaces* 2025, reconhecida por suas práticas de inovação e digitalização de serviços. O estudo destaca o investimento contínuo da Claro em plataformas digitais, inteligência artificial e soluções que elevam a experiência do cliente e a eficiência operacional;
- A Claro anunciou uma parceria inédita com a OpenAI para integrar o ChatGPT aos planos, permitindo a utilização da versão ChatGPT Plus por clientes Claro Multi gratuitamente durante o período da oferta;
- Como patrocinadora exclusiva da expansão do projeto Abrigo Amigo para 8 cidades e mais de 600 abrigos de transporte coletivo, a Claro oferece suporte remoto a mulheres e pessoas em situação de vulnerabilidade nos abrigos de espera. A iniciativa permite o acionamento de atendimento emergencial através da conectividade Claro, durante o período noturno, materializando o compromisso da empresa em unir tecnologia, inovação e propósito para o bem da sociedade;
- A Claro se destacou como a primeira operadora de telecomunicações no Brasil a conquistar, de forma simultânea, as certificações ISO 37001 (Gestão Antissuborno) e ISO 37301 (Gestão de Compliance). Essa conquista reforça o compromisso com o mais alto padrão global de governança;
- A Claro também conquistou a certificação ISO 45001 em alguns de seus *Data Centers* — norma internacional que define requisitos para um sistema de gestão de saúde e segurança ocupacional. Essa conquista representa um marco estratégico para a Companhia, especialmente diante da complexidade e do porte de suas operações no setor de telecomunicações;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Claro Telecom Participações S.A.****Relatório de Administração 2025**

- A Claro anunciou que a Embratel agora é Claro Empresas. O movimento tem o objetivo de unir todo o conhecimento de tecnologia e conectividade em uma só marca, e reforçar o atendimento em negócios de todos os portes e segmentos;

4 – Desempenho Operacional

A seguir alguns destaques com relação ao desempenho operacional no ano de 2025:

Serviços Móveis

Nas capitais brasileiras e nas cidades com populações acima de 1 milhão de habitantes, a Claro manteve sua liderança no mercado móvel pós-pago, com 39% de participação de mercado. Em 2025, alcançamos a marca de 20,7 milhões de clientes 5G, com 35,6% de participação de mercado.

A Claro encerrou 2025 com um total de 89,5 milhões de clientes móveis, com destaque na liderança em portabilidade, apresentando um saldo de 775 mil linhas portadas no ano.

No pós-pago encerramos o ano com 58,4 milhões de linhas, adicionando 4,5 milhões nos últimos doze meses e representando 65,3% da base total (+3,4 p.p. na comparação anual), impulsionado pela liderança em portabilidade e aceleração das migrações de clientes pré-pagos.

A base pré-pago atingiu 31,1 milhões de linhas em 2025, com 33,0% de participação no mercado. O ano de 2025 apresentou forte aceleração em recargas, contribuindo para o crescimento da receita móvel, com destaque para a participação dos canais digitais próprios, oferecendo mais comodidade e benefícios.

Serviços Residenciais

A Claro manteve o crescimento da sua base de assinantes de Banda Larga Fixa, com aproximadamente 363,2 mil adições líquidas em 2025, e segue liderando o mercado brasileiro, com 19,7% de participação de mercado no final do ano. No segmento de “*ultra-high speeds*” (a partir de 500 Mbps), mantemos nossa liderança com 23,0% em participação de mercado em 2025.

Em TV por assinatura, a Claro continua liderando o mercado brasileiro, com 46,6% de participação de mercado em 2025, tendo como principal estratégia a entrega da mais completa oferta de conteúdo. A Claro vem adicionando novas plataformas de streaming, novas funcionalidades e soluções com a melhor experiência para consumir entretenimento em casa ou fora de casa.

A base de clientes com a oferta convergente da Claro, que combina serviços residenciais e móveis, cresceu 13,7% em relação ao ano anterior, e segue sendo prioridade da Companhia para melhorar a experiência dos clientes, fidelização da base e aceleração do crescimento da receita.

Mercado Corporativo

A Claro Empresas manteve em 2025 o ritmo consistente e contínuo de crescimento de sua receita na comparação anual, com destaque nas Plataformas de Soluções Digitais e Mobilidade, impulsionadas pelos principais pilares: *Cloud*, Segurança, Pós-Pago, *Internet*, *Omnichannel* e M2M/IOT.

A Claro Empresas lançou um novo portfólio de serviços de inteligência de dados para apoiar empresas na adoção de uma cultura orientada por dados (“*data driven*”). As soluções abrangem desde a avaliação da maturidade dos dados até a implementação de governança, compliance e privacidade, com foco na conformidade com a LGPD. O portfólio também inclui BI, *Analytics* e consultoria especializada.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Claro Telecom Participações S.A.



Relatório de Administração 2025

A Claro Empresas anunciou o lançamento da Fábrica SAP, uma solução voltada para empresas de médio e grande portes que oferece um conjunto completo de serviços para implementação, desenvolvimento, customização e integração de ambientes SAP.

A Claro Empresas demonstrou, durante a edição de 2025 da Futurecom, em São Paulo, um novo conjunto de soluções voltadas à automação, segurança e digitalização de processos empresariais, baseadas em conectividade 5G com network slicing e aplicações de Inteligência Artificial. As soluções foram desenvolvidas para atender às demandas de setores como logística, varejo, indústria e serviços.

A Claro Empresas foi responsável por toda a infraestrutura de telecomunicações e tecnologia da informação da Fórmula 1 MSC Cruises Grande Prêmio de São Paulo 2025, garantindo a conectividade do evento pelo 19º ano consecutivo. Nesta edição, a Claro Empresas integrou soluções avançadas — como fibra óptica, Wi-Fi 6, SD-WAN, GPON e conectividade 5G — assegurando máxima performance, estabilidade e confiabilidade em toda a operação.

5 – Desempenho Financeiro

O resultado das operações divulgado no Brasil difere em alguns aspectos daquele divulgado pelo acionista controlador, que elimina efeitos de transações entre companhias do grupo e processa certas reclassificações para fins de divulgação, conforme quadro resumo abaixo.

Em R\$ Milhões	2025			2024		
	Receita	EBITDA	% EBITDA	Receita	EBITDA	% EBITDA
Claro Participações	51.812	23.387	45,1%	48.915	21.753	44,5%
Eliminação de transações intercompanhias e reclassificações	(181)	(593)		(219)	(554)	
Consolidado Claro Brasil - divulgação América Móvil	51.631	22.794	44,1%	48.696	21.199	43,5%

Os dados financeiros apresentados e comentados a seguir consolidam os resultados de todas as empresas que compõem a estrutura societária da Claro.

R\$ Milhões	Consolidado		
	2025	2024	Δ%
Receita líquida total	51.812	48.915	5,9%
Serviços	48.942	46.397	5,5%
Receita móvel	28.215	26.035	8,4%
Receita fixa e outros	20.727	20.362	1,8%
Aparelhos e acessórios	2.870	2.518	14,0%
EBITDA	23.387	21.753	7,5%
Margem EBITDA	45,1%	44,5%	0,6 p.p
EBIT	10.707	9.240	15,9%
Margem EBIT	20,7%	18,9%	1,8 p.p

Em 2025 a receita líquida total foi de 51,8 bilhões de reais, 5,9% acima do mesmo período de 2024.

Destaque para o crescimento de 8,4% na receita líquida de serviços móveis, gerado pela combinação de fatores, incluindo a liderança em portabilidade, aumento da base de pós-pago e do ARPU.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Claro Telecom Participações S.A.****Relatório de Administração 2025**

Serviços fixos totais com crescimento de receita de 1,8%, com destaque para o crescimento de 3,7% em banda larga residencial, resultado do aumento da base de assinantes, incremento do ARPU, dentre outros aspectos. Destaca-se também a melhoria contínua de performance no segmento B2B.

O EBITDA de 2025 totalizou 23,4 bilhões de reais, 7,5 % acima de 2024, com margem EBITDA de 45,1%, 0.6 p.p. acima do mesmo período do ano anterior.

A Claro segue focada em manter sua jornada de crescimento sustentável de receita e EBITDA.

6 – Investimentos

A Companhia e seus acionistas mantêm seu compromisso de longo prazo, com expressivos investimentos que seguem contribuindo ao desenvolvimento e crescimento do país. Da mesma forma, possui gestão comprometida com a alta qualidade dos serviços, sempre focada na inovação e no desenvolvimento tecnológico.

Em 2025, a Companhia investiu R\$9,2 bilhões, principalmente em infraestrutura de rede, equipamentos de TV por assinatura e banda larga.

7 – Relacionamento com Auditores Independentes

Os trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS), emitidas pela *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil foram realizadas pela empresa Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Informamos que no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 os auditores independentes e/ou suas partes relacionadas, que prestam serviço para a Claro Telecom e suas controladas, não realizaram quaisquer serviços não vinculados à auditoria externa que representassem mais de 5% dos honorários contratados anualmente.

A política adotada atende aos melhores princípios de governança que preservam a independência do auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, quais sejam: (i) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; (iii) o auditor não deve promover os interesses do seu cliente.

8 – Ambiental, Social e Governança Corporativa (ASG)

A Claro faz parte do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), alinhando suas estratégias a dez princípios universais nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção. Atualmente, o pacto é a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo.

Com esta adesão a Claro reforça, junto com empresas de 160 países, o compromisso de contribuir para o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), dentro da chamada Agenda 2030 — um plano de ação aprovado em 2015, com 169 metas para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos dentro de um modelo sustentável.

Em 2025, reforçando seu compromisso com a frente de Sustentabilidade, a Claro, assinou, de uma única vez, sete dos dez movimentos de aceleração de pautas conectadas do programa Ambição 2030.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Claro Telecom Participações S.A.****Relatório de Administração 2025**

Todas as ações foram divulgadas pela Claro em 2025 (<https://www.institutoclaro.org.br/wp-content/uploads/2025/04/Claro-Relato%CC%81rio-2024.pdf>), destacando diversas iniciativas nos campos Ambiental, Social e de Governança Corporativa.

Ambiental:

A Claro adota diversas práticas de ASG, age de forma ativa para reduzir sua pegada de carbono e também ao longo da sua cadeia produtiva e faz campanhas de reciclagem e conscientização junto à população sobre o tema.

Implementado em 2017, o programa 'A Energia da Claro' é considerado um dos maiores programas de energia renovável nacional por um consumidor privado, prevê o uso de energia limpa para o abastecimento das operações da empresa por meio de parcerias para a construção de usinas de geração distribuída e a compra de energia limpa. Além disso, são adotadas medidas visando aumentar a eficiência energética da Claro e a redução das suas emissões de gases causadores do efeito estufa.

Nosso programa energético é referência nesta modalidade de geração de energia. São 122 usinas, de fontes limpas e renováveis, como solar, hidrelétrica e de biogás, responsáveis pela produção de aproximadamente 80% de toda a energia utilizada pela Claro. Além disso, o programa aumentou a eficiência energética da Claro, por meio de ativação de *features* para redução do consumo das ERBs (estações rádio base), substituição de lâmpadas convencionais por LED, dentre outras ações relevantes. No segmento de média tensão, a Claro adquire energia renovável no mercado livre, o que faz com que seus *data centers*, prédios administrativos e operações de grande porte utilizem também somente energia limpa.

Em 2025, mais de 5,5 mil toneladas de equipamentos foram reciclados diretamente pela Claro, sendo 1,3 toneladas em celulares, periféricos e baterias, que tiveram destinação responsável dentro do programa Claro Recicla (Aderência à Política Nacional de Resíduos Sólidos). Houve também aumento do uso de biocombustíveis na frota nacional, totalizando 78%.

Social:

A Claro e o Instituto Claro atuam no pilar social a partir de dois eixos-chave: educação e cidadania. O Instituto Claro foi a segunda organização de responsabilidade social corporativa no Brasil a ser reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o selo de Status Associativo e mantém parceria com o Unicef em várias iniciativas de educação.

Em parceria com instituições públicas de ensino, levamos tecnologia para as escolas, formação para os professores e oportunidades para os alunos. Promovemos transformações em projetos que se tornaram exemplo de sucesso, e posicionamos o Instituto Claro como um *hub* de inovação em educação a serviço do país, compartilhando tecnologias sociais por meio de projetos como Educonex@o, Dupla Escola, Campus Mobile, Naves do Conhecimento e Trajetórias de Sucesso Escolar.

A Claro e o Instituto Claro beneficiaram, de 2019 a 2025, 39 mil estudantes e 10 mil professores, em 302 municípios em 8 estados brasileiros com o projeto Trajetória de Sucesso Escolar.

Está disponibilizado no Portal do Instituto Claro uma interface com a comunidade de ensino, principalmente professores, para que tenham acesso a planos de aula digitais, em uma plataforma que gera conteúdo relevante sobre educação, feito por educadores e para educadores. Em 2025, o portal recebeu 3,1 MM de usuários únicos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Claro Telecom Participações S.A.****Relatório de Administração 2025**

Em sua estratégia de Inclusão Produtiva Jovem, em 2025 a Claro ultrapassou a marca de mais de 14 mil jovens contratados pelas empresas do grupo e que possuem algum marcador de vulnerabilidade social. Por essa atuação, a empresa foi convidada para participar do Pacto Nacional pela Inclusão Produtiva das Juventudes do Brasil, iniciativa do Ministério do Trabalho e Empresa, UNICEF, 1MIO (Um Milhão de Oportunidades UNICEF), Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Pacto Global. Além disso, a Claro é a líder do Grupo de Trabalho de Primeiro Emprego dentro da iniciativa.

Governança Corporativa:

Governança Corporativa é a execução de uma gestão empresarial que respeita os interesses de todos os públicos que se relacionam com a Claro.

A Claro conta com um Sistema de Compliance que tem como pilares a prevenção, detecção e correção de situações relacionadas a corrupção, atitudes antiéticas, prevenção a lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, dentre outras. Seu objetivo é fazer os colaboradores e toda sua cadeia de valor estar em conformidade com o nosso Código de Ética, as Leis Brasileiras, como a Anticorrupção (nº 12.846/2013), e internacionais, como a Americana (FCPA), o que reflete a expressão do compromisso empresarial com os mais altos níveis éticos de desempenho e conduta organizacional, bem como sua missão, visão, valores e princípios que descrevem os comportamentos alinhados aos objetivos e ao modelo de gestão da empresa, promovendo uma cultura íntegra e que todos estejam “conectados com o certo”.

Para isso, a Claro dispõe de instrumentos, como o Estatuto Social, Políticas, Normas e Canal de Denúncias, dentre outros, que estabelecem os principais critérios de decisão da Administração. O Código de Ética é dividido entre ‘Colaborador’ e ‘Fornecedor, parceiro comercial e prestador de serviços’, visando facilitar a leitura e direcionando o conteúdo para o público-alvo desejado.

Periodicamente são treinados todos os colaboradores e parceiros comerciais nos aspectos éticos e de Compliance/anticorrupção, visando promover e manter o alinhamento entre as partes no mais elevado padrão de relacionamento comercial.

A Claro possui os Comitês de Ética e de Compliance, que se reúnem periodicamente para avaliar questões operacionais e comportamentais, bem como denúncias apontadas pelo canal estabelecido.

Corroborando todo este cenário, no segundo semestre de 2025, a Claro obteve as certificações ISO 37.001 (Gestão Antissuborno) e ISO 37.301 (Gestão de Compliance), demonstrando, via reconhecimento externo, a aplicação das melhores práticas de mercado.

A Claro também possui uma estrutura robusta para acompanhar as leis de transparência e privacidade determinadas pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). As ações de gestão compartilhada buscam a inclusão e a diversidade, além de promover iniciativas baseadas em boas práticas de *compliance*, anticorrupção e acolhimento de denúncias.

Para garantir o correto uso e tratamento de dados pessoais dos cidadãos e dos clientes, a Claro cumpre a conformidade legal determinada pela LGPD, bem como divulga regularmente em seu portal o número de solicitações e demandas sobre dados pessoais realizados pelos titulares ou as solicitações endereçadas pelas autoridades. Além disso, reforça a transparência de suas operações com o Portal de Privacidade, no qual os clientes podem consultar a política de privacidade, acessar o portal de segurança e exercer todos os direitos previstos na LGPD. O acesso a informações, como política de *cookies* e direitos de privacidade, também é disponibilizado. Dessa forma, a Claro atende as necessidades de seus *stakeholders* de forma segura e transparente.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Claro Telecom Participações S.A.****Relatório de Administração 2025**

9 – Recursos Humanos

A Companhia tem como principal valor as Pessoas, colocando-as no centro de sua estratégia para sustentar um crescimento forte, responsável e alinhado aos objetivos do negócio.

Em 2025, as mais de 35 mil pessoas colaboradoras distribuídas por todo o Brasil fortaleceram ainda mais sua conexão com a cultura e o jeito de ser Claro. Nesse movimento, aprimoramos nossa atuação colaborativa para desenvolver serviços e produtos inovadores, mantendo foco absoluto no Cliente e na busca pelos melhores resultados.

Somos um time plural. A diversidade e a inclusão são fundamentos da nossa cultura e orientam nossas práticas diárias. Promovemos o respeito e tratamos cada pessoa com dignidade e profissionalismo, conforme os princípios do nosso Código de Ética. Nossa atuação está estruturada em cinco eixos — pessoas com deficiência, equidade de gênero, gerações, equidade racial e LGBTQIAPN+. Na maior parte desses eixos, apresentamos níveis de representatividade compatíveis com as médias de mercado praticadas por empresas de grande porte.

Comprometidos com nossos valores e convictos de que a diversidade nos complementa e fortalece, seguimos promovendo iniciativas que constroem um ambiente de trabalho harmônico, respeitoso e inclusivo. Em 2025, ampliamos a representatividade em todos os eixos. Destacamos:

- Equidade Racial — crescimento de 8,85% no número de pessoas pretas e pardas em relação a 2024;
- Pessoas com Deficiência — aumento de 13,74%, encerrando o ano com 1.887 colaboradores.

Como parte de sua estratégia ASG, a Claro aderiu, em 2025, a importantes Movimentos que reforçam seu compromisso com um ambiente mais inclusivo e representativo até 2030, entre eles o Movimento Raça é Prioridade e o Elas Lideram.

Também destacamos o Programa Jovem Aprendiz Claro, voltado para a preparação e inclusão de jovens no mercado de trabalho. Encerramos o ano com 891 jovens aprendizes atuando nos escritórios do grupo, em todo o país.

Paralelamente, o Programa de Estágio ganhou ainda mais força: recebemos 10.360 candidaturas, uma média de 280 candidatos por vaga. Após o processo seletivo, 49 estagiários foram contratados para diversas áreas e, ao final do ciclo, 47 jovens foram efetivados, reforçando nosso compromisso com a formação e retenção de talentos.

Para estimular o autodesenvolvimento e manter nossos colaboradores atualizados, ampliamos significativamente nossas ações de capacitação por meio da Conecte-se, nossa plataforma de desenvolvimento. Em 2025, chegamos a 301.036 conclusões de treinamentos. O portfólio da plataforma oferece cerca de 3.000 cursos, abrangendo conteúdos de inovação, área comercial, temas técnicos, saúde e bem-estar. Entre os destaques do ano:

- O Programa de Desenvolvimento da Liderança, que capacitou presencialmente, neste ano, 2.593 líderes no tema Cultura de Feedback;
- O treinamento de ética, compliance e segurança da informação.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Claro Telecom Participações S.A.****Relatório de Administração 2025**

Por fim, reforçamos nosso compromisso em oferecer a melhor experiência na jornada do colaborador. A área de Recursos Humanos segue atuando com foco em *Employee Experience*, conduzindo pesquisas de satisfação referentes aos sistemas corporativos, ao RH, às áreas administrativas e à pesquisa de clima organizacional. Esses indicadores orientam decisões estratégicas e contribuem para a construção de um ambiente no qual as pessoas sintam orgulho de trabalhar e pertencer.

Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece o apoio e confiança dos acionistas, de nossos fornecedores, dos governos, instituições financeiras, a parceria de toda a comunidade e em especial a todos os funcionários e parceiros, que trabalharam incansavelmente com dedicação para que a Companhia pudesse alcançar os objetivos de atender às necessidades, demandas e expectativas de nossos clientes.

A Administração

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A Claro Telecom Participações S.A. (“Companhia” ou “Claro Participações”) foi constituída em 27 de setembro de 2004 e é sediada na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo. Seu objeto social consiste em exercer o controle de companhias que exploram serviços de telecomunicações. A Companhia tem como acionista controlador indireto a América Móvil S.A.B. de C.V. (“América Móvil”), sociedade organizada e existente de acordo com as leis do México.

A Companhia, através de suas controladas, diretas e indiretas, explora principalmente serviços de telecomunicações a nível nacional e internacional, os quais estão sujeitos à regulação da Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”), além de serviços de outras naturezas tais como exploração de capacidade satelital, *streaming*, Serviços de Valor Adicionado – SVA, *call center*, comercialização e locação de equipamentos, e, atividades de instituição de pagamentos.

A Companhia detém controle direto ou indireto, principalmente, das controladas indicadas a seguir, cujas principais atividades respectivamente desempenhadas destacam-se na sequência:

- Claro S.A. (“Claro”): Prestação de serviços de telecomunicações nas modalidades Serviço Móvel Pessoal – SMP, Serviço de Telefonia Fixa Comutada – STFC e Serviço de Comunicação Multimídia – SCM, além de outros serviços como “*Streaming*”, Serviços de Valor Adicionado – SVA, locação e comercialização de equipamentos.
- Claro NXT Telecomunicações S.A. (“Claro NXT”): Prestação de serviço de telecomunicações, especialmente na modalidade de Serviços de Acesso Condicionado – SeAC (TV por Assinatura) e de Comunicação Multimídia – SCM, além de outros serviços como instalação e manutenção de equipamentos, Serviços de Valor Adicionado – SVA, locação e comercialização de bens.
- Embratel Tvsat Telecomunicações S.A. (“Tvsat”): Prestação de serviços de telecomunicações na modalidade de Serviços de Acesso Condicionado – SeAC, no segmento de TV por assinatura via satélite (*Direct To Home* - DTH), além de outros serviços como provimento de capacidade satelital, Serviços de Valor Adicionado – SVA, serviço de instalação e manutenção de equipamentos, dentre outras atividades correlatas.
- Americel S.A. (“Americel”): Prestação de serviços de telecomunicações na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia – SCM, prestação de serviços de instalação e manutenção, locação e comercialização de bens.
- BrasilCenter Comunicações Ltda. (“BrasilCenter”): Prestação de serviços de teleatendimento, intermediação de negócios e atendimentos presenciais, dentre outras atividades correlatas.
- Ideas Musicales de Colombia S.A.S. (Colômbia): Prestação de Serviços de Valor Adicionado – SVA, serviços de *streaming* de áudio e outras atividades correlatas.
- Ideas Musicales S.A. (Argentina): Prestação de Serviços de Valor Adicionado – SVA, serviços de *streaming* de áudio e outras atividades correlatas.
- Ideas Musicales, Servicios, Interactividad y Comunidad Audiovisuales, S.A. de C.V. (México): Prestação de Serviços de Valor Adicionado – SVA, serviços de *streaming* de áudio e outras atividades correlatas.

Notas Explicativas

- IMusica LLC (EUA): Prestação de Serviços de Valor Adicionado – SVA, serviços de *streaming* de áudio e outras atividades correlatas.
- Reyc Comércio e Participações Ltda. (“Reyc”): Importação, comércio de equipamentos e outras atividades correlatas.
- Telmex do Brasil S.A. (“TdB”): Prestação de serviços de telecomunicações na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia – SCM, prestação de serviços de instalação e manutenção, locação e comercialização de bens.
- Claro Pay Holding S.A. (“Claro Pay Holding”): Participação exclusiva em instituições financeiras ou outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”).
- Claro Pay S.A. – Instituição de Pagamento (“Claro Pay”): Exploração de atividades de instituidor de arranjo de pagamento, atividades de instituição de pagamento, meios eletrônicos de pagamento e outras atividades correlatas. Em 21 de fevereiro de 2025 foi publicada no Diário Oficial da União a autorização concedida pelo BACEN para funcionamento da controlada Claro Pay como instituição de pagamento, nas modalidades emissor de moeda eletrônica e iniciador de transação de pagamento.

Autorizações em telecomunicações:

Segue resumo das licenças para prestação de serviços de telecomunicações detidas pelas controladas diretas e indiretas da Companhia:

Empresa	Licença
Claro	Serviço Telefônico Fixo Comutado nas modalidades Local, Longa Distância Nacional – LDN e Longa Distância Internacional – LDI Serviço Móvel Pessoal (SMP) Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) Serviço Móvel Marítimo (SMM) Serviço Limitado Especializado – Circuito e Rede Especializado (SLE)
Americel	Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)
TdB	Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)
Tvsat	Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) Serviço de Acesso Condicionado (SeAC)
Claro NXT	Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) Serviço de Acesso Condicionado (SeAC)

Notas Explicativas

Serviço Móvel Pessoal (“SMP”):

A controlada Claro possui autorizações para explorar o SMP por meio das seguintes faixas de frequência:

Região	Prazos								
	850 MHz	900 MHz	1800 MHz ****	3G 1900 – 2100 MHz ***	4G 2500 MHz **	4G 700 MHz	5G 2300 MHz	5G 3.5 GHz	5G 26 GHz
Acre	07/2027	07/2027	07/2027*	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Rondônia	07/2027	07/2027	07/2027*	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Tocantins	07/2027	07/2027	07/2027*	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Distrito Federal	07/2027	07/2027	07/2027*	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Mato Grosso	07/2027	07/2027	07/2027*	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Mato Grosso do Sul	07/2027	07/2027	07/2027*	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Goias	07/2027	07/2027	07/2027*	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Bahia	-	12/2032	12/2032	04/2038	10/2027	12/2029	-	12/2041	12/2041
Sergipe	-	12/2032	12/2032	04/2038	10/2027	12/2029	-	12/2041	12/2041
Alagoas	08/2027	08/2027	08/2027	04/2038	10/2027	12/2029	-	12/2041	12/2041
Ceará	08/2027	08/2027	08/2027	04/2038	10/2027	12/2029	-	12/2041	12/2041
Paraíba	08/2027	08/2027	08/2027	04/2038	10/2027	12/2029	-	12/2041	12/2041
Piauí	08/2027	08/2027	08/2027	04/2038	10/2027	12/2029	-	12/2041	12/2041
Pernambuco	08/2027	08/2027	08/2027	04/2038	10/2027	12/2029	-	12/2041	12/2041
Rio Grande do Norte	08/2027	08/2027	08/2027	04/2038	10/2027	12/2029	-	12/2041	12/2041
Paraná	-	12/2032	12/2032	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Paraná (Norte)	-	12/2032	12/2032	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Santa Catarina	-	12/2032	12/2032	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Rio de Janeiro	04/2028	04/2028	04/2028*	04/2038	10/2027	12/2029	-	12/2041	12/2041
Espírito Santo	04/2028	04/2028	04/2028*	04/2038	10/2027	12/2029	-	12/2041	12/2041
Rio Grande do Sul	04/2028	04/2028	04/2028*	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
São Paulo – Capital	08/2027	08/2027	08/2027	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
São Paulo – Interior	03/2028	03/2028	03/2028	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Minas Gerais	-	04/2035	04/2035*	04/2038	10/2027	12/2029	-	12/2041	12/2041
Minas Gerais (Triângulo Mineiro)	-	-	12/2032	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Amazonas	11/2028	-	12/2032	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Maranhão	11/2028	-	12/2032	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Roraima	11/2028	-	12/2032	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Amapá	11/2028	-	12/2032	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Pará	11/2028	-	12/2032	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041

* Alguns blocos vencem em dezembro de 2032.

** Além do bloco nacional com vencimento em outubro de 2027 a Companhia possui 23 blocos regionais em 2,5 GHz (faixa P) onde 20 deles adquiridos no leilão da ANATEL (nº 2/2015) possuem vencimento em agosto de 2031. (Depois de uma disputa na Anatel a Companhia foi decretada vencedora de mais um lote E-8 do Edital com vencimento em junho de 2036).

*** Com a consolidação das outorgas e frequências da controlada Claro NXT pela Companhia, existem blocos em todo Brasil, com vencimento em junho 2026, exceto Municípios com o Código Nacional 34, 35 ou 37 (restrição não inclui Setor 3 do Plano Geral de Outorgas (PGO)) e municípios do Setor 22 e 25 do PGO, nos Estados do Mato Grosso do Sul e Goiás.

**** Com a consolidação das outorgas e frequências da controlada Claro NXT pela Companhia, existem blocos em toda a Região I do PGO com vencimento junho 2026 e São Paulo Capital com vencimento julho 2031.

Serviço Telefônico Fixo Comutado nas modalidades Longa Distância (STFC LD):

Em 26 de novembro de 2025, como resultado das tratativas conciliatórias desenvolvidas no âmbito da Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal (“CCAF”) da Advocacia Geral da União (“AGU”), a Companhia celebrou, em conjunto com a União Federal, por intermédio do Ministério das Comunicações (“MCom”), e com a Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”), o Termo de Conciliação para Adaptação dos Contratos de Concessão do STFC LD para o Regime de Autorização, com extinção de determinados litígios e definição de obrigações de manutenção e compromissos de investimento.

Notas Explicativas

Constitui objeto do Termo de Conciliação, entre outros: (i) o encerramento dos Contratos de Concessão do STFC LD, com a sua adaptação para Termo de Autorização; (ii) a realização de investimentos, na forma, condições e prazos estabelecidos no Termo de Conciliação; (iii) a manutenção do funcionamento de Telefones de Uso Público ("TUPs"), na forma, condições e prazos estabelecidos no Termo de Conciliação; (iv) a extinção de determinados processos administrativos e judiciais relacionados à execução dos Contratos de Concessão do STFC LD; (v) a renúncia das pretensões, de parte a parte, de instaurar novos litígios para discussão de aspectos relacionados exclusivamente à execução dos Contratos de Concessão do STFC LD, nos termos especificados no Termo de Conciliação, ressalvadas as questões não abrangidas pelo referido Termo, incluindo, mas não se limitando, à arbitragem em curso que continua em negociação na CCAF; e (vi) a celebração, entre ANATEL e a CLARO de termo único de autorização de serviços ("Termo Único"), nos termos do art. 144-A, inciso IV, da LGT, que encerrará e substituirá os Contratos de Concessão do STFC LD e substituirá todos os instrumentos de autorização de serviços de telecomunicações detidos pelas prestadoras que integram o grupo econômico da Claro. Em 24 de dezembro de 2025, foi celebrado o referido Termo Único.

A mencionada celebração do Termo de Conciliação, traz à Companhia os seguintes efeitos:

- **Bens reversíveis:** os ativos essenciais e empregados para assegurar a continuidade da prestação do STFC LD deixaram de ser considerados bens reversíveis, passando a ser definitivamente mantidos sob posse e propriedade da Companhia e/ou de qualquer empresa do seu grupo econômico, sem que remanesça qualquer ônus ou restrição à sua livre disposição, fruição, uso e gozo.
- **Investimentos e manutenção:** O custo da Adaptação, de cerca de R\$2,41 bilhões, será integralmente revertido, a valor presente, em compromissos de investimentos com até 10 anos de implantação e 20 anos de operação, após dedução dos custos de compromissos de manutenção por 3 anos dos TUPs e da contratação das garantias exigidas. O registro contábil de tais compromissos, seja como ativo ou como despesas, se dará conforme sua realização, de acordo com o cronograma de execução.
- **Processos administrativos e judiciais:** determinados processos administrativos e judiciais relacionados aos contratos de Concessão do STFC LD, no valor aproximado de R\$414 milhões foram encerrados.

Direitos de exploração de satélite:

Abaixo as autorizações vinculadas aos direitos de exploração de satélite:

Tipo	Número	Posição orbital e Banda	Data de emissão	Vencimento
Posição Orbital	PVSS/SPV 001/2003	65°W – Banda Ku	25/02/03	06/03/33
Posição Orbital	Ato nº 16035 de 22/11/2022	70°W – Banda Ku	24/11/22	13/11/33
Posição Orbital	Ato nº 16036 de 22/11/2022	70°W – Banda Ku e X	24/11/22	13/11/33
Posição Orbital	Ato nº 16384 de 03/11/2025	65°W – Banda C e X	05/11/25	31/12/32
Posição Orbital	Ato nº 16386 de 03/11/2025	70°W – Banda C	05/11/25	31/12/40
Posição Orbital	Ato nº 16387 de 03/11/2025	84°W – Banda C	05/11/25	31/12/40
Posição Orbital	Ato nº 2566 de 15/02/2022	75°W – Banda C e Ku	03/03/22	30/04/29
Posição Orbital	PVSS/SPV 076/2012	84°W – Banda Ka e Ku	02/02/12	06/02/27
Posição Orbital	PVSS/SPV 156/2012	70°W – Banda Ka e Ku (Planejada)	22/03/12	28/03/27

Notas Explicativas

2. Bases de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as Normas Contábeis Internacionais ("IFRS Accounting Standards") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") e as deliberações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Como não há diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as *IFRS Accounting Standards* e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as *IFRS Accounting Standards* e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Bases de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

Notas Explicativas

A diretoria tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, essas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$6.651.179 no consolidado. Nosso acionista controlador América Móvil tem a capacidade financeira de caso necessário, prover o suporte requisitado para a continuidade das operações. Em contrapartida, a Companhia apresenta conforme demonstração do Fluxo de Caixa, caixa líquido gerado pelas atividades operacionais no montante de R\$21.731.950 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Adicionalmente, a Companhia efetua acompanhamento tempestivo em seus fluxos de caixas dos quais suportam a geração de caixa para o período corrente e para os períodos seguintes. Dessa forma, a Companhia não identificou incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de a Companhia continuar operando.

A Companhia elaborou demonstrações dos valores adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas conforme BR GAAP aplicável às companhias listadas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamento na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

As políticas e práticas contábeis materiais adotadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são consistentes com aquelas seguidas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro 2024.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 25 de março de 2026.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma) que também é a moeda funcional da Companhia.

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e perdas cambiais são registrados no resultado sob a rubrica resultado financeiro quando incorridos. Os ganhos e perdas na conversão de investimentos no exterior são reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

Notas Explicativas

d) Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes de uma entidade para os quais as informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na definição sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento.

A Administração da Companhia avalia e monitora o desempenho dos resultados para tomada de decisões com base em relatórios consolidados e todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, pelo que a Companhia e suas controladas operam em um único segmento operacional de prestação de serviços de Telecomunicações.

e) Bases de consolidação

Nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminados, quando aplicáveis, os investimentos nas controladas contra seus respectivos patrimônios líquidos, lucros ou prejuízos não realizados entre empresas, resultados de equivalência patrimonial de controladas, provisão para cobertura de passivo a descoberto de controladas, receitas e despesas realizadas entre empresas, saldos entre as empresas nos ativos e passivos circulante e não circulante, bem como é destacado o valor da participação dos acionistas não controladores nos resultados e nos patrimônios líquidos das controladas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, por participação direta e/ou indireta no capital social. No demonstrativo, abaixo, seguem as controladas:

	2025		2024	
	Indireta	Direta	Indireta	Direta
Claro	-	46,58%	-	46,58%
Americel (1)	0,23%	99,77%	-	100,00%
Claro Pay Holding	-	100,00%	-	100,00%
Claro Pay	100,00%	-	100,00%	-
BrasilCenter	46,58%	-	46,58%	-
iMusica LLC (EUA)	46,58%	-	46,58%	-
Ideas Musicales S.A. (Argentina)	41,93%	-	41,93%	-
Ideas Musicales S.A. de C.V. (México)	46,58%	-	46,58%	-
Ideas Musicales de Colombia S.A.S.	46,58%	-	46,58%	-
Claro NXT	60,96%	0,39%	61,03%	0,39%
Tvsat	60,96%	-	61,03%	-
TdB	60,96%	-	61,03%	-
Reyc	60,96%	-	61,03%	-

(1) Conforme AGE ("Assembleia Geral Extraordinária") em 01 de julho de 2025, houve mudança de participação devido a aumento de capital pela controlada Claro na controlada Americel no montante de R\$9.738, com emissão de 177.614 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A Companhia e a acionista Telmex Solutions confirmaram sua renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da controlada Americel.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixa de existir.

O controle é obtido quando a Companhia está exposta, e/ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos através do seu poder sobre a investida.

Notas Explicativas

Especificamente, a Companhia controla a investida se, e somente se, possuir:

- Poder sobre a investida (isto é, os direitos existentes que lhe dão a capacidade atual de dirigir as atividades relevantes da investida);
- Exposição ou direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar o seu rendimento.

Quando a Companhia com menos de uma maioria dos votos ou direitos similares de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes para avaliar se ela tem poder sobre uma investida, incluindo:

- O acordo contratual com os outros titulares a voto da investida;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Direitos de voto da Empresa e os direitos de voto potenciais.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

3. Principais políticas contábeis

3.1. Novos pronunciamentos contábeis

Os pronunciamentos abaixo foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (“CPC”) e pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), adotados pela primeira vez em 1º de janeiro de 2025 e não causaram impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia:

Normas e Emendas a Normas	Alterações
CPC 18 (R3): Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	A atualização do CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas.
IAS 21 correlato ao CPC 02 (R2): Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade disponível no mercado,

Alterações no IAS 12 correlato ao CPC 32: Tributos sobre o lucro

Em 23 de maio de 2023, o IASB emitiu a Reforma Tributária Internacional – Regras Modelo do Pilar Dois – Alterações à IAS 12 (equivalente ao CPC 32), que esclarecem que a IAS 12 (CPC 32) se aplica aos impostos sobre a renda decorrentes de legislações tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas para implementar as regras modelo do Pilar Dois publicadas pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

Em 30 de dezembro de 2024, por meio da Lei 15.079/2024, o Brasil introduziu o processo de adaptação das Regras Globais contra a Erosão da Base Tributária – *GloBE (Global Anti-Base Erosion Rules)*, conceitos do Pilar 2 estabelecidos pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), que determina a tributação mínima global da renda, instituindo o adicional de CSLL.

Notas Explicativas

A Companhia realizou as análises dos eventuais impactos relacionados às alterações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e concluiu que não há necessidade de recolhimento do adicional, uma vez que atende aos limites previstos na norma e na legislação tributária pertinentes ao Pilar 2.

Novos pronunciamentos revisados, emitidos e ainda não aplicáveis

Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, as seguintes emissões e alterações emitidas pelo CPC, IASB, *International Sustainability Standards Board* (“ISSB”) e Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (“CBPS”) tinham sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória:

Normas e Emendas a Normas	Alterações	Vigências
IFRS S1 (correlato ao CBPS 01): Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade	Resoluções CVM 217/24 / 218/24: Dispõe sobre a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e divulgações relacionadas ao clima, com base no padrão internacional emitido pelo ISSB e aprovadas pelo CBPS.	1º de janeiro de 2026
IFRS S2 (correlato ao CBPS 02): Divulgações relacionadas ao clima		1º de janeiro de 2026
Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	- Esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para os contratos abrangidos. - Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos. - Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa.	1º de janeiro de 2026
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros, reforçando consistência e comparabilidade.	1º de janeiro de 2026
Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11	Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa.	1º de janeiro de 2026
IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Substitui a IAS 1, incorporando diversas exigências anteriormente existentes e introduzindo novos requisitos, alguns parágrafos da IAS 1 foram transferidos para a IAS 8 e IFRS 7. O IASB, também implementou pequenas alterações na IAS 7 e IAS 33 – Lucro por Ação.	1º de janeiro de 2027
IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos, mantendo a aplicação integral dos critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação previstas nas IFRS.	1º de janeiro de 2027

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento, interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas. Os diretores da Companhia esperam que a aplicação dessas alterações não tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras individuais consolidadas no futuro, exceto pelo IFRS 18, cujos efeitos esperados estão relacionados exclusivamente à forma de apresentação e à transparência das informações, sem impacto no lucro líquido ou no patrimônio. Sua adoção demandará ajustes nas notas explicativas e adequação às novas categorias de classificação.

Notas Explicativas

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem ao caixa (isto é, caixa disponível e depósitos à vista) e equivalentes de caixa. Equivalentes de caixa correspondem a aplicações financeiras (geralmente com vencimento original de três meses ou menos), de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Equivalentes de caixa são mantidos para atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para fins de investimento ou outros fins, vide Notas 4 e 23.

Para fins da demonstração do fluxo de caixa, caixa e equivalentes incluem todos os valores que atendem a definição acima.

3.3. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados nas seguintes categorias de mensuração: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes e; (iii) a valor justo por meio de resultado.

A classificação dos ativos financeiros depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios no qual é gerenciado.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e partes relacionadas.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros ao custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda na baixa é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros são calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e valor recuperável são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

Notas Explicativas

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio de resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente a valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação assim quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou
- Ocorrer a transferência dos direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou a assunção da obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (i) ocorrer a transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) não ocorrer a transferência nem a retenção substancial de todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

b) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os ativos financeiros não detidos pelo valor justo por meio do resultado, aos quais devem ser aplicados os requisitos de redução ao valor recuperável. O valor das perdas de crédito esperadas é atualizado em cada data de relatório para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo ativo.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

c) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias de mensuração: (i) passivo financeiro a valor justo por meio de resultado e (ii) outros passivos financeiros.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Notas Explicativas

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: fornecedores, debêntures mútuos e passivos com partes relacionadas.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio de resultados.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo.

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 48. Derivativos, incluídos os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Passivos financeiros a custo amortizado

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo da amortização da taxa de juros efetiva.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis é reconhecida na demonstração dos resultados.

d) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas Explicativas

3.4. Contas a receber, líquidas

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado e avaliadas pelo valor dos serviços prestados de acordo com as condições contratadas menos as perdas de crédito esperadas. As contas de clientes dos serviços de telecomunicações são registradas pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço. Incluem também serviços prestados e não faturados até as datas dos balanços e as contas a receber decorrentes da venda de aparelhos celulares, *simcards*, serviços de satélites, cessão de meios, circuitos, compartilhamento de sites e acessórios, vide Nota 5.

3.5. Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e perdas cambiais são registrados no resultado sob a rubrica resultado financeiro quando incorridos, vide Nota 23.

Os ganhos e perdas na conversão de investimentos no exterior são reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

3.6. Estoques

Representados substancialmente por aparelhos *handsets*, celulares, *simcards*, e acessórios para venda, registrados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o valor líquido de realização. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração, vide Nota 6.

3.7. Investimentos

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em uma joint venture. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os investimentos da Companhia em suas coligadas foram contabilizados inicialmente ao custo e são atualizados com base no método da equivalência patrimonial.

Os valores contábeis dos investimentos são ajustados para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia nos patrimônios líquidos das coligadas a partir da data de aquisição.

O ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) relativo a uma coligada e/ou controlada (quando aplicável) está incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado e nem testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

As mais/menos valias apuradas pela diferença entre o custo do investimento e a parte do investidor no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida são amortizados de acordo com a vida útil dos itens pelos quais foram gerados.

Notas Explicativas

Em cada data de fechamento do balanço patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento após a aplicação do método da equivalência patrimonial. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

3.8. Imobilizado

Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo superior a 12 meses para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

A depreciação dos itens do imobilizado está sendo calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens revisada anualmente ao final de cada exercício, vide Nota 11.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de depreciação conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.9. Arrendamento mercantil

A Companhia e suas controladas avaliam na data do início dos contratos, se esses contratos são ou contêm arrendamentos, se eles transmitem o direito de controlar o uso de ativo identificado, por um prazo estipulado, em troca de uma contraprestação definida.

No início de um contrato de arrendamento, as empresas arrendatárias reconhecem um passivo de arrendamento referente às contraprestações a serem transferidas, assim como é reconhecido um ativo de direito de uso, que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento.

Notas Explicativas

Não são reconhecidos ativos e passivos para os contratos com prazos que não ultrapassam 12 meses, e para os casos de arrendamento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. A Companhia possui arrendamento de determinados equipamentos de escritório que são considerados de baixo valor.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos são subsequentemente mensurados ao custo, deduzidos da depreciação acumulada, das perdas por redução ao valor recuperável e ajustadas por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente durante o período de arrendamento e a vida útil do ativo de direito de uso, qual for o menor.

Se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo do ativo de direito de uso refletir o exercício de uma opção de compra, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do correspondente ativo. A depreciação começa na data de início do arrendamento.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento.

Os pagamentos de arrendamento considerados na mensuração do passivo de arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou uma taxa, o valor estimado devido pelo arrendatário em garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra, se o arrendatário tiver certeza razoável do exercício da opção; e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção para rescindir o arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Notas Explicativas

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

PIS e COFINS sobre contratos de arrendamento

A Companhia reconhece o passivo de arrendamento pelo seu valor integral, ajustado ao valor presente, sem a redução do saldo pelos tributos PIS e COFINS.

3.10. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas de valor recuperável, quando aplicável.

É representado substancialmente pelo direito de exploração de serviço móvel celular acrescido dos encargos financeiros incorridos até a data de entrada em operação da Companhia e suas controladas. As outorgas começaram a ser amortizadas quando do início de cada operação, pelo período remanescente aos 15 anos a que se refere, pelo método linear, vide Nota 12.

Incluem ainda, os direitos de uso de *software* adquiridos de terceiros, direito de uso de circuitos e de passagem, valores de fundo de comércio referentes as lojas próprias (que estão sendo amortizados pelo prazo de vigência dos contratos) dentre outros.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Notas Explicativas

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

3.11. Provisão para recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesa de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a empresa em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

- a) **Ágio:** o teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil, uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.

- b) **Valor recuperável de ativos que não sejam ágio:** os ativos intangíveis (exceto o ágio) com vida útil definida e imobilizado são testados para redução do valor recuperável sempre que há uma indicação de que seu valor recuperável pode ser menor que seu valor contábil. A avaliação é realizada individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

O valor recuperável é definido como o maior entre o valor em uso e o valor justo menos os custos de alienação.

Avaliação da recuperação do valor contábil

A Companhia e suas controladas avaliaram a recuperação do valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração.

Notas Explicativas

O processo de estimativa do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e taxa de desconto. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro são baseadas no pronunciamento do CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, bem como em dados de mercado comparáveis e representam, com base nos conceitos definidos no pronunciamento técnico acima, a melhor estimativa da Administração das condições econômicas que existirão durante a vida útil econômica do conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa.

3.12. Tributação

Tributos correntes

Ativos e passivos tributários do exercício corrente e de exercícios anteriores são mensurados ao valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do encerramento do exercício. No balanço patrimonial os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Tributos diferidos

O valor dos tributos diferidos é gerado por diferenças temporárias na data do encerramento do exercício entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível, inclusive com base em estratégias de planejamentos estratégicos, societário e tributário, para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto: (i) quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do encerramento do exercício e baixado na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitam que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Notas Explicativas

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: (i) quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de tributo que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo seja realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas do imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do encerramento do exercício.

Os ativos e passivos fiscais diferidos não são descontados a valor presente e são classificados no balanço patrimonial como não circulantes, independentemente da expectativa de realização.

Os efeitos fiscais de itens registrados diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos igualmente no patrimônio líquido. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Tributos sobre vendas e prestação de serviços

A Companhia e suas controladas estão sujeitas, quando aplicável, aos seguintes tributos:

- PIS – Programa de Integração Social
- COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
- ISS – Imposto sobre Serviços
- ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Esses tributos são apresentados como deduções das receitas de serviços e vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

3.13. Participação de empregados no resultado

As controladas constituíram provisão para participação de empregados nos resultados, a qual é calculada com base em metas de performance estabelecidas de acordo com o planejamento anual.

3.14. Receitas diferidas

Representadas, principalmente pela receita referente aos créditos de recarga de celulares pré-pagos e os respectivos tributos devidos são diferidos e reconhecidos no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados.

Notas Explicativas

Representadas também, pela venda de capacidade de transmissão e de direito de passagem de cabos de fibra óptica e outros meios para empresas de telecomunicações brasileiras e internacionais com atuação no MERCOSUL, sendo apropriadas ao resultado do exercício de acordo com o prazo de vigência dos contratos.

3.15. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu valor de custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco e do valor envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.16. Ajuste ao valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente. Os de curto prazo são também ajustados quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência.

Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

3.17. Reconhecimento de receita

As controladas oferecem pacotes comerciais que combinam equipamentos e serviços de telefonia fixa e móvel, dados, *internet* e TV por assinatura, sendo o reconhecimento das receitas de serviços e venda de aparelhos distribuídas entre seus elementos. As controladas reconhecem as receitas quando, ou à medida que, seja satisfeita a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente; sendo o ativo considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.

Os pacotes de serviços incluem a venda de aparelhos celulares com desconto. A controlada Claro realiza a alocação do desconto e reconhece as receitas relacionadas a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda independentes. Uma parte adicional da receita é alocada nas receitas reconhecidas pela venda de celulares no início do contrato, representando um aumento na receita de venda de equipamentos. A diferença entre o valor da receita e o valor da receita de venda de equipamentos no momento inicial é reconhecida como um ativo contratual, alocado à receita de serviços pelo período do contrato.

Notas Explicativas

As controladas prestam serviços de instalação, operação, provimento de circuitos e compartilhamento de infraestrutura, serviços de transmissão de voz, textos, dados, imagens, TV por assinatura, exploração de capacidade satelital e outros serviços em nível nacional e internacional, onde as receitas são reconhecidas quando os serviços são prestados conforme vigência de contrato.

As receitas de serviços são reconhecidas quando os serviços são prestados, incluindo faturados e não faturados. As receitas de serviço compõem-se principalmente de assinaturas, utilização dos serviços e utilização da rede. Os faturamentos são processados mensalmente, de acordo com os ciclos de cobrança acordados com os clientes ao longo do mês. As receitas referentes aos créditos de recarga de celulares pré-pagos, bem como os respectivos tributos devidos, são diferidas e reconhecidas no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados. Os créditos ainda não utilizados, referentes às recargas de celular já vendidas, são registrados como receita diferida do pré-pago.

As receitas de venda de mercadorias (aparelhos celulares, *simcards* e acessórios) são reconhecidas no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável; os serviços foram efetivamente prestados e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a favor da Companhia e suas controladas. Uma receita não é reconhecida caso haja uma incerteza significativa de sua realização.

3.18. Subvenção e assistência governamentais

As controladas Claro, Claro NXT e Tvsat mantêm registrada em reserva de incentivos fiscais benefícios decorrentes de subvenções e assistências governamentais que, em exercícios anteriores, resultaram na redução das bases de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

3.19. Resultado financeiro

Representa juros e variações cambiais e monetárias sobre aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos, debêntures e outros ativos e passivos sujeitos a atualização, os quais são reconhecidos pelo regime de competência. Adicionalmente, compreendem despesas e fianças bancárias, bem como despesas com PIS e COFINS (ambos calculados sobre receitas de multas e juros sobre capital próprio ativos, quando aplicável).

3.20. Participações de não controladores

Refere-se, principalmente, a participação de não controladores na controlada Claro.

3.21. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por lote de ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41.

3.22. Mensuração do valor justo

A Companhia e suas controladas mensuram os instrumentos financeiros pelo valor justo na data de cada balanço.

Notas Explicativas

O valor justo é o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo baseia-se na presunção de que a operação de vender o ativo ou transferir a responsabilidade ocorrerá:

- No principal mercado para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo.
- O principal ou o mais vantajoso mercado deve ser acessível pela Companhia e por suas controladas.

O valor justo de um ativo ou um passivo é mensurado usando as premissas que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado ajam no seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado de gerar benefícios econômicos usando o ativo no seu maior e melhor uso ou vendendo-o para outro participante do mercado que iria usar o ativo em seu maior e melhor uso.

A Companhia e suas controladas usam técnicas de avaliação que são apropriados nas circunstâncias e para os quais estão disponíveis para mensurar o valor justo de dados suficientes, maximizando a utilização de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são categorizados dentro da hierarquia do valor justo, como segue, com base na entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo é direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo não é observável.

Os valores de mercado são calculados em momento específico, com base em informações relevantes de mercado e informações sobre instrumentos financeiros. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas.

Notas Explicativas

3.23. Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis significantes

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Considerando, as fontes de incertezas relativas a essas premissas e julgamentos exercidos na preparação dessas estimativas, os resultados reais ocorridos em períodos futuros podem diferir significativamente das estimativas.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente para assegurar que são razoáveis considerando suas experiências passadas e sua conjuntura econômica atual. Além da utilização de estimativas, a Administração da Companhia é obrigada a exercer julgamento ao determinar o tratamento contábil apropriado de certas transações e atividades e como deve ser aplicado.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos contabilmente dos ativos e passivos, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de perpetuidade. Para mais detalhes, vide Nota 11.

Tributos diferidos

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a incertezas inerentes à interpretação de regulamentos tributários complexos, bem como à determinação do valor e do momento de realização de resultados tributáveis futuros. Diante disso, são constituídas provisões com base em estimativas para refletir eventuais impactos decorrentes de entendimentos divergentes por parte das autoridades fiscais.

A mensuração dessas provisões considera diversos fatores, incluindo a experiência obtida em auditorias fiscais anteriores e possíveis diferenças de interpretação entre a Companhia e o fisco. Tais divergências podem ocorrer em uma ampla gama de temas, dependendo das particularidades e das práticas fiscais vigentes nas jurisdições em que a Companhia e suas controladas operam.

Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento fiscal. Para mais detalhes, vide Nota 7.2.

Notas Explicativas

Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias, trabalhistas e regulatórias avaliadas como perda provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A determinação do montante da provisão está baseada na melhor estimativa do desembolso que será necessário para liquidar a obrigação correspondente, tomando em consideração toda a informação disponível na data de encerramento. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

Os fundamentos e as naturezas das provisões estão descritos na Nota 16.

Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego

O custo de benefício definido e o valor presente da obrigação de planos de aposentadoria com benefício definido, com contribuição variável e de benefícios de assistência médica pós-emprego são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade, aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e crescimento de custos médicos. A obrigação de cada um dos planos é sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Administração considera as taxas de títulos públicos representados por papéis Notas do Tesouro Nacional série B ("NTN-B") com vencimento correspondente à duração da obrigação atuarial do benefício definido de cada plano. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade usualmente adotadas no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria se baseiam na política de recursos humanos da organização considerando o perfil dos participantes envolvidos e nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Crescimento dos custos médicos corresponde a uma curva decrescente que parte da expectativa de curto prazo de aumento dessas despesas com redução gradual até a expectativa de longo prazo. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide Nota 18.

Receitas não faturadas

No processo de reconhecimento de receita ao final de cada período se considera determinados cálculos para mensuração da receita incorrida e ainda não faturada. Estas receitas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros. Além disso, há complexidade no processo utilizado pela gestão para estimar as receitas reconhecidas, prestadas e ainda não faturadas, dada a diversidade de fontes de dados, fluxos de receitas e o número de sistemas envolvidos.

Notas Explicativas

Provisão para perdas de crédito esperadas

A provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida como redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando o vencimento dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada.

A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

Provisão para desmantelamento de ativos

A provisão para obrigações decorrentes da desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros, registrada em contrapartida ao ativo imobilizado, são registradas com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação utilizando fluxos de caixa estimados.

O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios do reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos.

Os fluxos de caixa são descontados a uma taxa antes dos impostos que reflete riscos específicos inerentes à obrigação por desativação dos ativos. O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa conforme incorrido.

Os custos estimados a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros são capitalizados e depreciados ao longo da vida útil dos equipamentos.

Os custos futuros estimados de desativação são revisados anualmente. Mudanças nos custos futuros ou nas taxas de desconto aplicadas são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e bancos	450	20	874.236	244.229
Equivalentes de caixa (1)	3.439	36.499	488.232	688.379
	3.889	36.519	1.362.468	932.608

(1) Inclui valores de aplicação financeira com a parte relacionada Inbursa no montante de R\$6.001 para o consolidado, com taxa média de remuneração de 14,68% a.a. (R\$30.954 em 31 de dezembro de 2024 para o consolidado, com taxa média de remuneração de 11,97%).

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

Equivalentes de caixa compreendem aplicações financeiras que são de liquidez imediata, mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as aplicações financeiras referem-se principalmente, a Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”), contratados junto a entidades financeiras de primeira linha, com liquidez imediata e referenciados a Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) com taxa média de 15,05% a.a. (12,23% em 31 de dezembro de 2024).

Notas Explicativas**5. Contas a receber, líquidas**

	Consolidado	
	2025	2024
Serviços de voz, dados e outros	7.789.743	7.245.187
Venda de aparelhos celulares e acessórios	1.660.203	1.572.104
Administradoras estrangeiras	29.866	32.261
	9.479.812	8.849.552
Provisão para perdas de crédito esperadas	(1.422.103)	(1.451.925)
	8.057.709	7.397.627

A seguir apresentamos os montantes a receber de clientes, por idade de vencimento:

	Consolidado	
	2025	2024
A vencer	7.034.200	6.191.636
Vencidas:		
De 1 a 30 dias	909.046	1.175.716
De 31 a 60 dias	368.136	302.013
De 61 a 90 dias	232.545	208.182
Mais de 90 dias	935.885	972.005
	9.479.812	8.849.552

A movimentação do saldo de provisão para perdas de crédito esperadas é como se segue:

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo inicial	1.451.925	1.475.950
Provisão constituída	974.202	739.197
Baixa de provisão (1)	(1.004.024)	(763.222)
Saldo final	1.422.103	1.451.925

(1) Decorrente de baixa de faturas, com reconhecimento da perda após período de intensas ações de cobrança.

6. Estoques

	Consolidado	
	2025	2024
Estoques de aparelhos para revenda	647.024	469.115
Materiais para manutenção de rede e assistência técnica	82.447	81.303
Estoques de <i>simcards</i> e acessórios para revenda	66.164	66.507
Outros	12.929	9.428
	808.564	626.353
Provisão para perdas em estoques	(69.941)	(71.359)
	738.623	554.994

Notas Explicativas

A movimentação da provisão para perdas em estoques é como segue:

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo inicial	71.359	72.769
Provisão constituída	68.921	65.012
Baixas	(70.339)	(66.422)
Saldo final	69.941	71.359

A provisão para perda em estoques é constituída com base nos itens em estoque com baixa movimentação, considerados de difícil realização.

7. Tributos a recuperar e diferidos, líquidos

7.1 Tributos a recuperar, líquidos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
ICMS a recuperar (1)	-	-	1.553.647	1.410.528
Imposto de renda retido na fonte (2)	-	161	1.606.678	1.539.943
PIS/COFINS (3)	-	-	678.672	454.536
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	1.291	1.230	194.540	303.995
CPMF pago indevido	-	12.276	-	12.276
Outros	-	-	41.119	51.009
	1.291	13.667	4.074.656	3.772.287
Circulante	1.291	397	866.317	861.579
Não circulante	-	13.270	3.208.339	2.910.708

(1) Os créditos do ICMS são oriundos, principalmente, dos investimentos realizados no ativo imobilizado, os quais estão sendo compensados com os débitos provenientes das operações. Esses créditos estão registrados no ativo circulante e não circulante, de acordo com o prazo previsto de realização.

(2) Predominantemente constituído por créditos de imposto de renda retido no exterior sobre as prestações de serviços de assistência técnica em telecomunicações e receitas de uso da marca "Claro", a serem utilizados para compensação de IRPJ e CSLL devidos no Brasil em conformidade com a Instrução Normativa SRF 213/2002.

(3) Trata-se majoritariamente de crédito de PIS e COFINS decorrente da ação judicial transitada e julgada em agosto de 2018, para exclusão do ICMS das bases de cálculo das referidas contribuições das controladas Claro e Americel, com saldo de R\$371.340 em 31 de dezembro de 2025 (R\$355.124 em 31 de dezembro de 2024).

Em setembro de 2025 a controlada Claro reconheceu crédito de PIS e COFINS, no valor de R\$240.638, sobre custo de interconexão, decorrente de trânsito em julgado de ação judicial.

7.2 Tributos diferidos, líquidos

O ativo fiscal diferido, líquido do passivo fiscal diferido, de imposto de renda e contribuição social, calculado sobre o prejuízo fiscal, bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido e sobre as diferenças temporárias ativas e passivas foi reconhecido contabilmente pelas controladas, quando aplicável, considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, de acordo com o estabelecido no CPC 32.

Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas têm créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias. Devido ao fato de serem imprescritíveis, não há data limite para a utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A compensação dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, limitados por lei a 30% do resultado tributável do exercício, implica em aumento no prazo de recuperação dos créditos tributários.

Os créditos tributários diferidos apresentados no consolidado foram constituídos no pressuposto de sua provável realização futura.

A Companhia estima que seguirá mantendo o ritmo de crescimento dos negócios a partir da estratégia de investimento visando o crescimento do mercado de dados, móvel e valor adicionado, combinado com ofertas de maior valor agregado gerando disponibilidade de lucro tributável suficiente para compensação futura dos créditos fiscais.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários são revisadas, no mínimo, anualmente e estão suportadas por projeções de lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras, societárias, estratégicas e de negócios, considerados no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Os estudos técnicos realizados para suportar a manutenção dos valores contabilizados confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Os principais componentes do ativo fiscal diferido, líquido estão demonstrados a seguir:

	Consolidado					
	2025			2024		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Ativo fiscal diferido						
Prejuízos fiscais (1)	6.075.296	2.200.613	8.275.909	5.853.690	2.120.106	7.973.796
Provisão para perdas de crédito esperadas	623.792	224.565	848.357	623.195	224.350	847.545
Provisão para contingências	3.617.411	1.302.268	4.919.679	2.701.127	972.406	3.673.533
Tributos com exigibilidade suspensa	448.958	161.625	610.583	813.228	292.762	1.105.990
Plano atuarial	279.386	100.579	379.965	341.211	122.836	464.047
Efeitos de IFRS 15/CPC 47	10.614	3.821	14.435	24.737	8.905	33.642
Efeitos de IFRS 16/CPC 06(R2)	297.334	107.040	404.374	318.724	114.741	433.465
Outras diferenças temporárias	948.563	341.483	1.290.046	935.203	336.673	1.271.876
	12.301.354	4.441.994	16.743.348	11.611.115	4.192.779	15.803.894
Passivo fiscal diferido						
Plano atuarial	(93.925)	(33.813)	(127.738)	(93.925)	(33.813)	(127.738)
Ágio em aquisições (2)	(1.043.165)	(363.620)	(1.406.785)	(877.387)	(303.940)	(1.181.327)
Efeitos de IFRS 15/CPC 47	(807.258)	(290.613)	(1.097.871)	(729.705)	(262.694)	(992.399)
Depreciação acelerada (3)	(425.463)	(153.167)	(578.630)	(34.499)	(12.420)	(46.919)
Inovação tecnológica (4)	(89.886)	(32.359)	(122.245)	(114.383)	(41.178)	(155.561)
Variação cambial regime de caixa (5)	(437.822)	(157.616)	(595.438)	-	-	-
Outras diferenças temporárias	(113.100)	(40.716)	(153.816)	(113.773)	(40.958)	(154.731)
	(3.010.620)	(1.071.904)	(4.082.523)	(1.963.672)	(695.003)	(2.658.675)
Ativo fiscal diferido, líquido	9.290.735	3.370.090	12.660.825	9.647.443	3.497.776	13.145.219

Notas Explicativas

- (1) As controladas Claro NXT, Tvsat e BrasilCenter registraram um ativo fiscal diferido de imposto de renda sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, fundamentado em estudo técnico com teste de recuperabilidade destes ativos, no montante de R\$612.693 em 31 de dezembro de 2025 (R\$196.992 em 31 de dezembro de 2024).
- (2) Passivo fiscal diferido referente a amortização fiscal do ágio e intangível oriundo das combinações de negócios da Vivax Ltda., NET Jundiá Ltda., Big TV ESC 90, BrTel e Jonava.
- (3) A controlada Claro possui depreciação acelerada fiscal dos satélites C3, C4 e D1, provenientes da Star One incorporada em 18 de dezembro de 2018 e depreciação acelerada de seus ativos referentes a redes móveis da Jonava, incorporada pela controlada Claro. A partir do terceiro trimestre de 2025, as controladas Claro e Claro NXT passaram a excluir da base de cálculo do IRPJ e da CSLL a parcela correspondente à aceleração da depreciação de bens móveis do ativo imobilizado, quando utilizados de forma contínua em três turnos diários. Essa exclusão está respaldada por laudo técnico pericial, conforme previsto no artigo 323 do RIR/2018, com impacto de R\$546.888 no período.
- (4) Desde 2019, a Companhia utiliza o benefício da Lei do Bem instituído pela Lei nº 11.196/05, que permite a dedução diretamente na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social, parcial e/ou total dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica, observadas as regras estabelecidas na referida lei. Tal benefício é declarado quando na entrega da ECF ("Escrituração Contábil Fiscal") que ocorre no ano subsequente.
- (5) Em 2025 a Companhia e suas controladas passaram a tributar os efeitos da variação cambial decorrente de operações em moeda estrangeira pelo regime de caixa.

Seguem abaixo as movimentações do imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos:

	Consolidado		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	8.914.778	3.228.886	12.143.664
Reconhecimento de tributo diferido (1)	144.847	52.145	196.992
Movimentações líquidas (2)	587.818	216.745	804.563
Saldos em 31 de dezembro de 2024	9.647.443	3.497.776	13.145.219
Reconhecimento de tributo diferido (1)	450.509	162.184	612.693
Movimentações líquidas (2)	(807.217)	(289.870)	(1.097.087)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	9.290.735	3.370.090	12.660.825

- (1) As controladas Claro NXT, Tvsat e BrasilCenter registraram um ativo fiscal diferido de diferenças temporárias e imposto de renda sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, fundamentado em estudo técnico com teste de recuperabilidade destes ativos, no montante de R\$612.693 em 31 de dezembro de 2025 (R\$196.992 em 31 de dezembro de 2024).
- (2) Em 31 de dezembro de 2025, as controladas Claro, Americel, Claro NXT, Telmex do Brasil e Tvsat constituíram no patrimônio líquido o efeito da realização de imposto de renda e contribuição social decorrente da atualização do plano de benefício pós-emprego, no montante de R\$59.439 (R\$96.639 em 31 de dezembro de 2024).

A tabela abaixo apresenta o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

Ano	Consolidado (*)
2026	2.985.805
2027	2.993.376
2028	1.299.188
2029	1.488.729
2030	1.772.547
2031	2.159.390
2032	1.236.023
2033 a 2035	2.808.290
	16.743.348

(*) Corresponde ao total do ativo fiscal diferido, sem incluir o valor dos passivos fiscais diferidos, que é apresentado líquido no balanço patrimonial.

Notas Explicativas**8. Despesas antecipadas**

	Consolidado	
	2025	2024
Custos incrementais para obtenção de contratos com clientes (1)	2.532.083	2.375.366
Seguros	149.862	155.117
Propaganda e publicidade	24.784	22.665
Outros	218.826	172.555
	2.925.555	2.725.703
Circulante	1.299.690	1.271.699
Não circulante	1.625.865	1.454.004

(1) Está substancialmente representado pelos custos incrementais relacionados com comissões de vendas pagas para obtenção de contratos com clientes decorrentes da adoção do IFRS 15/CPC 47, aos quais são diferidos ao resultado em conformidade com o prazo do contrato.

9. Aplicações financeiras

	Consolidado	
	2025	2024
Aplicação financeira	528.452	-
	528.452	-

Em 08 de agosto de 2025 a controlada Claro liquidou parcialmente o investimento em Letras do Tesouro Nacional (LTN) no montante de R\$513.606 (R\$499.946 de principal e R\$13.660 de juros). Nesta mesma data, a controlada Claro realizou investimentos em CDB pré-fixado no montante de R\$507.700 (R\$507.700 de principal e R\$20.751 de juros em 31 de dezembro de 2025), com vencimento em 08 de agosto de 2028 e taxa de juros pré-fixada de 13,61% a.a. Esses investimentos referem-se à aplicação financeira na parte relacionada Inbursa e sem a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. Esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado.

10. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os detalhes das principais controladas diretas e indiretas, são como se seguem:

Empresa	2025		Quantidade total de ações (lotes de mil)		% de participação	
	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Patrimônio líquido	Ordinárias	Preferenciais	Total	Capital votante
Claro	4.120.908	19.906.400	48.456	40.185	46,58%	85,16%
Americel (1)	612.029	4.495.286	77.080.952	-	99,77%	99,77%
Claro NXT	2.011.497	15.544.977	86.447.903	-	0,39%	0,39%
Claro Pay Holding	(72.005)	23.901	8.999.340	-	100,00%	100,00%

- 1) Em 01 de julho de 2025, conforme AGE, houve mudança de participação devido a aumento de capital pela controlada Claro na controlada Americel no montante de R\$9.738, com emissão de 177.614 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A Companhia e a acionista Telmex Solutions confirmaram sua renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da controlada Americel.

Notas Explicativas

Empresa	2024		Quantidade total de ações (lotes de mil)		% de participação	
	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Patrimônio líquido	Ordinárias	Preferenciais	Total	Capital votante
Claro	(1.252.062)	15.679.515	48.456	40.185	46,58%	85,16%
AmericeI	105.569	3.972.157	76.903.339	-	100,00%	100,00%
Claro NXT	207.840	13.513.777	86.447.903	-	0,39%	0,39%
Claro Pay Holding	(52.739)	60.906	4.174.993	-	100,00%	100,00%

Os investimentos no consolidado estão compostos como seguem:

	% de participação		2025	2024
	Total	Capital votante		
Torres do Brasil S.A. ("TBSA")	1,14%	1,14%	<u>24.188</u>	<u>18.663</u>
			<u>24.188</u>	<u>18.663</u>

Na controladora, a movimentação dos saldos de investimentos está demonstrada a seguir:

	Claro	AmericeI	Claro Pay Holding	Claro NXT	TBSA	Ágio	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	7.798.796	3.829.927	40.646	51.517	10.431	27.402	11.758.719
Resultado da equivalência patrimonial	(583.264)	105.569	(52.739)	805	8.313	-	(521.316)
Reversão de dividendos mínimos obrigatórios	947	-	-	-	-	-	947
Distribuição de dividendos (1)	-	(15.000)	-	-	-	-	(15.000)
Aumento de capital (2)	-	50.000	73.000	-	-	-	123.000
Dividendos mínimos obrigatórios	-	(1.003)	-	-	(14)	-	(1.017)
Atualização de passivo atuarial	86.044	2.665	-	31	-	-	88.740
Variação cambial em controlada no exterior	1.664	-	-	-	-	-	1.664
Reflexo de outras movimentações	9	-	-	-	(67)	-	(58)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	7.304.196	3.972.158	60.907	52.353	18.663	27.402	11.435.679
Resultado da equivalência patrimonial	1.919.696	611.410	(72.005)	7.793	5.422	-	2.472.316
Aumento de participação	1	-	-	-	-	-	1
Dividendos mínimos obrigatórios	(1.742)	(5.801)	-	-	-	-	(7.543)
Distribuição de dividendos (1)	-	(99.287)	-	-	-	-	(99.287)
Atualização de passivo atuarial	50.507	6.449	-	76	-	-	57.032
Aumento de capital (2)	-	-	35.000	-	-	-	35.000
Variação cambial em controlada no exterior	604	-	-	-	-	-	604
Reflexo de outras movimentações	-	-	-	-	103	-	103
Saldos em 31 de dezembro de 2025	9.273.262	4.484.929	23.902	60.222	24.188	27.402	13.893.905

Notas Explicativas

1) Distribuição de dividendos

2025

Em 22 de abril de 2025, em AGOE (Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária) da controlada Americel foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos adicionais propostos no montante de R\$99.287, à razão de R\$0,0130410964 por lote de 1.000 (mil ações), à conta de Reserva de dividendos adicionais propostos, constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, com expressa renúncia e anuência da acionista minoritária Telmex Solutions.

2024

Em 09 de janeiro de 2024, em AGE da controlada Americel foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$15.000, à razão de R\$0,1975903702 por lote de 1.000 (mil ações), à conta de Reserva de Lucros constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os quais foram pagos integralmente à Companhia, com expressa renúncia e anuência da acionista minoritária Telmex Solutions.

2) Aumentos de capital:

2025

Em 23 de julho de 2025, em AGE, foi aprovado um aumento de capital na Claro Pay Holding no valor de R\$35.000 com a emissão de 4.824.347.047 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas pela Companhia e integralizadas em moeda corrente nacional. A acionista Telmex Solutions confirmou sua renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da Claro Pay Holding em benefício da Companhia.

2024

Em 26 de dezembro de 2024, em AGE, foi aprovado um aumento de capital na Claro Pay Holding no valor de R\$15.000 com a emissão de 976.458.113, novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas pela Companhia e integralizadas em moeda corrente nacional. A acionista Telmex Solutions confirmou sua renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da Claro Pay Holding em benefício da Companhia.

Em 09 de dezembro de 2024, em AGE, foi aprovado um aumento de capital na Americel no valor de R\$50.000 com a emissão de 988.707.864, novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas pela Companhia e integralizadas em moeda corrente nacional. A acionista Telmex Solutions confirmou sua renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da Americel em benefício da Companhia.

Em 04 de novembro de 2024, em AGE, foi aprovado um aumento de capital na Claro Pay Holding no valor de R\$15.000 com a emissão de 907.828.298, novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas pela Companhia e integralizadas em moeda corrente nacional. A acionista Telmex Solutions confirmou sua renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da Claro Pay Holding em benefício da Companhia.

Notas Explicativas

Em 28 de junho de 2024, em AGE, foi aprovado um aumento de capital na Claro Pay Holding no valor de R\$28.000 com a emissão de 1.089.251.506, novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas pela Companhia e integralizadas em moeda corrente nacional. A acionista Telmex Solutions confirmou sua renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da Claro Pay Holding em benefício da Companhia.

Em 09 de janeiro de 2024, em AGE, foi aprovado um aumento de capital na Claro Pay Holding no valor de R\$15.000 com a emissão de 323.871.561, novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas pela Companhia e integralizadas em moeda corrente nacional. A acionista Telmex Solutions confirmou sua renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da Claro Pay Holding em benefício da Companhia.

11. Imobilizado

Descrição	Vida útil estimada em anos	Consolidado	
		2025	2024
Equipamentos de transmissão	3 a 25	27.217.704	27.118.893
Infraestrutura	5 a 30	4.726.707	4.756.881
Equipamentos de comutação	5 a 15	5.542.650	5.912.068
Prédios	10 a 25	1.135.441	880.039
Terrenos		451.402	451.442
Outros ativos imobilizados	5 a 25	446.161	541.295
Ajuste ao valor de realização		(6.165)	(9.390)
Imobilizado em andamento		2.998.976	2.628.520
Imobilizado total (a)		42.512.876	42.279.748
Equipamentos de transmissão	1 a 10	140.235	137.348
Prédios	1 a 9	80.016	71.680
Infraestrutura	1 a 26	12.618.402	10.525.957
Direito de uso em arrendamento (b)		12.838.653	10.734.985
Imobilizado, líquido		55.351.529	53.014.733

Notas Explicativas*a) Movimentação do imobilizado*

	Consolidado								
	Equipamentos de transmissão	Infraestrutura	Equipamentos de comutação	Prédios	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Ajuste ao valor de realização	Imobilizado em andamento (1)	Total
Custo em 31 de dezembro de 2023	104.961.326	15.791.455	27.269.939	1.720.362	451.441	6.315.864	(1.760.457)	2.704.056	157.453.986
Adições	250.231	47.829	347	-	1	145.826	-	8.045.383	8.489.617
Baixas	(754.146)	(45.567)	(12.413)	(1.496)	-	(27.274)	-	(93.253)	(934.149)
Transferências	5.312.152	820.284	1.568.494	215.091	-	111.645	-	(8.027.666)	-
Custo em 31 de dezembro de 2024	109.769.563	16.614.001	28.826.367	1.933.957	451.442	6.546.061	(1.760.457)	2.628.520	165.009.454
Adições	216.464	40.478	24	-	-	92.627	-	8.543.461	8.893.054
Baixas	(2.197.178)	(1.055.953)	(253.744)	(50.153)	(40)	(281.478)	-	(42.168)	(3.880.714)
Transferências	5.526.975	828.168	1.353.873	303.451	-	118.370	-	(8.130.837)	-
Custo em 31 de dezembro de 2025	113.315.824	16.426.694	29.926.520	2.187.255	451.402	6.475.580	(1.760.457)	2.998.976	170.021.794
Depreciação em 31 de dezembro de 2023	(77.432.831)	(11.139.746)	(21.296.811)	(1.015.094)	-	(5.700.690)	1.746.684	-	(114.838.488)
Adições	(5.845.761)	(753.782)	(1.629.881)	(40.301)	-	(331.170)	4.383	-	(8.596.512)
Baixas	627.922	36.408	12.393	1.477	-	27.094	-	-	705.294
Depreciação em 31 de dezembro de 2024	(82.650.670)	(11.857.120)	(22.914.299)	(1.053.918)	-	(6.004.766)	1.751.067	-	(122.729.706)
Adições	(5.611.081)	(890.893)	(1.723.123)	(48.018)	-	(305.951)	3.225	-	(8.575.841)
Baixas	2.163.631	1.048.026	253.552	50.122	-	281.298	-	-	3.796.629
Depreciação em 31 de dezembro de 2025	(86.098.120)	(11.699.987)	(24.383.870)	(1.051.814)	-	(6.029.419)	1.754.292	-	(127.508.918)
Imobilizado, líquido	27.217.704	4.726.707	5.542.650	1.135.441	451.402	446.161	(6.165)	2.998.976	42.512.876

(1) O saldo do imobilizado em andamento é constituído principalmente por gastos com obras civis e equipamentos para a construção de rede de telefonia celular, principalmente, pela implantação das redes de quarta geração (4.5G) e quinta geração (5G).

Notas Explicativas

b) Movimentação do direito de uso em arrendamento - IFRS 16/CPC 06 (R2)

	Consolidado			
	Equipamentos de transmissão	Prédios	Infraestrutura (1)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	194.223	71.234	11.371.492	11.636.949
Adições, líquidas (2)	(17.379)	34.534	1.570.616	1.587.771
Amortização do direito de uso	(39.496)	(34.088)	(2.416.151)	(2.489.735)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	137.348	71.680	10.525.957	10.734.985
Adições, líquidas (2)	54.869	41.240	4.739.374	4.835.483
Amortização do direito de uso	(51.982)	(32.904)	(2.646.929)	(2.731.815)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	140.235	80.016	12.618.402	12.838.653

(1) Inclui valores com a parte relacionada TBSA no montante de R\$6.752.582 (R\$5.183.870 em 31 de dezembro de 2024).

(2) Representam principalmente adições, baixas, alteração na contraprestação do arrendamento e prorrogação do prazo de arrendamento contratual.

c) Revisão da vida útil

A Administração da Companhia revisa anualmente a vida útil do seu ativo. Tal revisão é suportada com dados históricos, mudança no ambiente econômico em que a Companhia atua. Com base na revisão da vida útil econômica remanescente a Administração concluiu que, a estimativa de vida útil do seu ativo imobilizado representa adequadamente a vida econômica do ativo.

d) Análise de recuperabilidade dos ativos tangíveis e intangíveis

A Companhia e suas controladas efetuaram análise dos indicadores de perda para os ativos imobilizado e intangível, bem como efetuaram o estudo de recuperabilidade, calculando o valor em uso das unidades geradoras de caixa para comparação com os valores contábeis. Como resultado, não foi identificada a necessidade de constituição de provisão para recuperabilidade dos ativos não financeiros.

As principais premissas chave utilizadas na estimativa do valor em uso, às quais o valor de recuperação dos ativos é mais sensível, estão descritas a seguir:

- Receitas

Projetadas com base na realização do ano de 2025 e projeções orçamentárias para 2026, conforme conceitos definidos no CPC 01 (R1) não foram considerados crescimentos decorrentes da expansão de cobertura de rede, somente crescimento da penetração de assinantes na rede atualmente instalada.

- Custos e despesas operacionais

Projetados com base no desempenho histórico da Companhia em concordância com o modelo de remuneração dos contratos vigentes.

- Investimentos de capital

Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para suportar a demanda atual por nossos serviços e manutenção de nossa planta existente.

Não foram considerados investimentos em expansão da rede em conformidade com os conceitos definidos no CPC 01 (R1).

Notas Explicativas

- Taxa de desconto

Representam a avaliação de riscos no mercado atual. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da empresa, sendo derivado de custos de capital médio ponderado (CCMP). O CCMP leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento pelos investidores da Companhia. O custo de dívida é baseado nos financiamentos com rendimento de juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta. A taxa de desconto dos fluxos de caixa futuro utilizada em 2025 é de 9,82% a.a. (9,10% a.a. em 2024).

- Fluxos de caixa futuros

A projeção de fluxos de caixa discricionários para 5 anos com perpetuidade após os 5 anos utilizando a taxa em 2025 de 3,55% a.a. (3,64% a.a. em 2024).

A taxa média de inflação anual para o período analisado nos fluxos projetados em 2025 foi de 3,55% a.a. (3,79% a.a. em 2024).

12. Intangível

Descrição	Vida útil estimada em anos	Consolidado	
		2025	2024
Licenças de outorga	5 a 20	5.460.818	6.039.486
Direito de uso de <i>software</i>	5	619.977	834.635
Ágio	-	7.103.390	7.103.390
Direito de uso de circuitos e de passagem	10 e 15	858.090	974.791
Carteira de clientes e outras licenças	5 e 6	556.502	704.731
Outros ativos intangíveis	5 a 12	3.033	3.979
Intangível em andamento		98.390	414.710
Intangível, líquido		14.700.200	16.075.722

Notas Explicativas*Movimentação do intangível*

	Consolidado								
	Licenças de outorga (1)	Direito de uso de software	Ágio	Direito de uso de circuitos e de passagem	Carteira de clientes e outras licenças	Outros ativos intangíveis	Ajuste ao valor de realização	Intangível em andamento	Total
Custo em 31 de dezembro de 2023	22.300.098	9.075.304	7.277.597	2.332.248	2.327.648	315.283	(163.233)	386.283	43.851.228
Adições	-	767	-	1.155	-	1.087	-	165.568	168.577
Baixas	(8.037)	(19)	-	(1.153)	-	(758)	-	-	(9.967)
Transferências	520	135.321	-	-	-	1.300	-	(137.141)	-
Custo em 31 de dezembro de 2024	22.292.581	9.211.373	7.277.597	2.332.250	2.327.648	316.912	(163.233)	414.710	44.009.838
Adições	-	132	-	-	-	986	-	330.946	332.064
Baixas	-	(503.143)	-	-	-	(25.040)	-	(319.790)	(847.973)
Transferências	217.852	109.624	-	-	-	-	-	(327.476)	-
Custo em 31 de dezembro de 2025	22.510.433	8.817.986	7.277.597	2.332.250	2.327.648	292.858	(163.233)	98.390	43.493.929
Amortização em 31 de dezembro de 2023	(15.419.899)	(8.027.177)	(174.207)	(1.237.083)	(1.474.705)	(309.737)	163.233	-	(26.479.575)
Adições	(841.233)	(349.561)	-	(120.376)	(148.212)	(3.970)	-	-	(1.463.352)
Baixas	8.037	-	-	-	-	774	-	-	8.811
Amortização em 31 de dezembro de 2024	(16.253.095)	(8.376.738)	(174.207)	(1.357.459)	(1.622.917)	(312.933)	163.233	-	(27.934.116)
Adições	(796.520)	(324.369)	-	(116.701)	(148.229)	(1.940)	-	-	(1.387.759)
Baixas	-	503.098	-	-	-	25.048	-	-	528.146
Amortização em 31 de dezembro de 2025	(17.049.615)	(8.198.009)	(174.207)	(1.474.160)	(1.771.146)	(289.825)	163.233	-	(28.793.729)
Intangível, líquido	5.460.818	619.977	7.103.390	858.090	556.502	3.033	-	98.390	14.700.200

(1) As licenças de outorga de frequência referem-se ao direito de exploração do Serviço Móvel Pessoal. O prazo para a exploração é de 15 anos e para a tecnologia 5G é de 20 anos, renovável por igual período, a título oneroso e mediante o cumprimento das condições da outorga, sujeita à regulamentação e fiscalização da ANATEL.

Notas Explicativas

13. Fornecedores e outras contas a pagar

	Consolidado	
	2025	2024
Fornecedores de imobilizado, intangível e de materiais e serviços		
Fornecedores diversos (1)	9.103.875	9.303.691
Interconexão e <i>roaming</i>	127.853	101.453
<i>Cobilling</i>	8.266	14.549
	9.239.994	9.419.693
Circulante	8.100.339	8.370.018
Não Circulante	1.139.655	1.049.675

(1) Inclui o montante de R\$850.157 (R\$608.120 em 31 de dezembro de 2024) referente aos termos de autorização para uso das radiofrequências associadas ao serviço móvel pessoal (SMP).

14. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Consolidado					
	2025			2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Debêntures (a)	1.869.020	7.190.650	9.059.670	1.846.356	8.578.314	10.424.670
Total da dívida	1.869.020	7.190.650	9.059.670	1.846.356	8.578.314	10.424.670

Segue abaixo as movimentações de empréstimos, financiamentos e debêntures:

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2023	Captação	Pagamentos	Juros pagos	Provisão de juros	Saldo em 31/12/2024
Debêntures (a)	7.540.529	7.000.000	(4.250.000)	(832.757)	966.898	10.424.670
Notas comerciais (b)	1.021.046	-	(1.000.000)	(121.702)	100.656	-
Conta garantida	-	137.389	(137.389)	(158)	158	-
	8.561.575	7.137.389	(5.387.389)	(954.617)	1.067.712	10.424.670

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2024	Pagamentos	Juros pagos	Provisão de juros	Saldo em 31/12/2025
Debêntures (a)	10.424.670	(1.500.000)	(1.175.006)	1.310.006	9.059.670
	10.424.670	(1.500.000)	(1.175.006)	1.310.006	9.059.670

Notas Explicativas

a) Debêntures

Em 28 de março de 2022, a controlada Claro realizou a 11ª emissão de debêntures quirografárias, não conversíveis em ações, de valor nominal unitário de R\$1.000,00, totalizando R\$4.250.000, de principal, remuneradas a CDI + 1,40% a.a., juros a serem pagos semestralmente a partir de 28 de setembro de 2022, com vencimento final em 28 de março de 2024. Em 21 de fevereiro de 2024 a controlada Claro realizou o resgate antecipado e liquidação financeira, no valor de R\$4.250.000 de principal e R\$212.994 de juros.

Em 01 de setembro de 2022, a controlada Claro realizou a 12ª emissão de debêntures quirografárias, não conversíveis em ações, de valor nominal unitário de R\$1.000,00, totalizando R\$1.500.000, de principal, remuneradas a CDI + 1,37% a.a., juros a serem pagos semestralmente a partir de 28 de fevereiro de 2023, com vencimento final em 28 de agosto de 2025. Em 28 de agosto de 2025, a controlada Claro liquidou totalizando R\$1.500.000 de principal e R\$112.970 de juros.

Em 27 de janeiro de 2023 a controlada Claro realizou a 13ª emissão de debêntures quirografárias privada, não conversíveis em ações, de valor nominal unitário de R\$1.000,00, totalizando R\$1.500.000 de principal, remuneradas a CDI + 1,35%, juros a serem pagos semestralmente a partir de julho de 2023, com vencimento final em 27 de janeiro de 2026.

Em 20 de fevereiro de 2024, a controlada Claro realizou a 14ª emissão de debêntures quirografárias, não conversíveis em ações, de valor nominal unitário de R\$1.000,00, totalizando R\$3.000.000 de principal, remuneradas a CDI + 1,20% a.a., juros a serem pagos semestralmente a partir de 20 de agosto de 2024, com vencimento final em 20 de fevereiro de 2027.

Em 15 de março de 2024, a controlada Claro realizou a 15ª emissão de debêntures quirografárias, não conversíveis em ações. Essas debêntures têm o valor nominal unitário de R\$1.000, totalizando R\$2.500.000 de principal, remuneradas a IPCA + 5,7687% a.a., juros a serem pagos semestralmente a partir de 15 de setembro de 2024, com vencimento final em 15 de março de 2029.

Em 10 de outubro de 2024, a controlada Claro realizou a 16ª emissão de debêntures quirografárias, não conversíveis em ações, de valor nominal unitário de R\$1.000,00, totalizando R\$1.500.000 de principal, remuneradas a CDI + 0,55% a.a., juros a serem pagos semestralmente a partir de 10 de abril de 2025, com vencimento final em 10 de outubro de 2028.

b) Notas comerciais

Em 27 de outubro de 2023, a controlada Claro realizou a 1ª emissão de notas comerciais no valor de R\$1.000.000, remuneradas a CDI + 1,10% a.a., juros e principal a serem pagos no vencimento em 27 de outubro de 2024. A nota comercial não tinha garantia.

Em 27 de outubro de 2024, a controlada Claro liquidou a 1ª emissão de notas comerciais no valor de R\$1.000.000, emitida em 27 de outubro de 2023, remuneradas a CDI + 1,10% a.a. O valor liquidado foi R\$1.000.000 de principal e juros de R\$121.702.

Notas Explicativas**c) Compromissos financeiros e não financeiros**

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas estão em cumprimento com as cláusulas de compromissos não financeiros apresentadas em seus contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Não há compromissos financeiros, além do pagamento de juros devidos nos respectivos vencimentos conforme estipulados nos contratos firmados.

15. Obrigações fiscais, líquidas

	Consolidado	
	2025	2024
Obrigações fiscais, líquidas		
FISTEL (1)	3.390.862	2.348.847
IRPJ e CSLL	304.662	283.534
FUST/FUNTTEL	38.335	293.616
ICMS	84.863	69.193
ISS	39.643	29.750
CIDE	15.032	8.114
IRRF	3.455	3.933
Outros	62.568	47.119
Total	3.939.420	3.084.106
 Circulante	 3.939.420	 2.873.941
Não circulante	-	210.165

(1) A controlada Claro passou a ter a exigibilidade do pagamento da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF), suspensa por decisões judiciais em 18 de março de 2020 e 10 de março de 2021. Em 31 de dezembro de 2025 o montante é de R\$3.390.862, sendo R\$2.467.932 de principal e R\$922.930 de atualização da Selic (R\$2.348.847, sendo R\$1.729.860 de principal e R\$618.987 de atualização da Selic em 31 de dezembro de 2024), referente aos períodos de 2020, 2021, 2022 e 2025.

16. Provisões

Natureza	Consolidado	
	2025	2024
Contingências		
Tributárias	7.767.005	5.802.586
Regulatórias, cíveis, consumidor e ambientais	3.357.396	3.308.103
Trabalhistas	842.562	811.229
	11.966.963	9.921.918
 Provisão para desmantelamento de ativos	 562.094	 500.223
Participação de empregados no resultado	526.776	532.193
 Total de provisões	 13.055.833	 10.954.334
 Circulante	 584.718	 596.102
Não circulante	12.471.115	10.358.232

Notas Explicativas

16.1 Contingências

A movimentação dos saldos de contingências prováveis no consolidado está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Tributárias	Regulatórias, cíveis, consumidor e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.583.162	3.043.946	902.778	9.529.886
Adições (reversões), líquidas	134.149	278.720	462.122	874.991
Baixas por pagamentos	(115.924)	(361.913)	(537.421)	(1.015.258)
Atualização monetária	201.199	347.350	(16.250)	532.299
Saldo em 31 de dezembro de 2024	5.802.586	3.308.103	811.229	9.921.918
Adições (reversões), líquidas	1.027.423	179.681	473.330	1.680.434
Baixas por pagamentos	(154.374)	(187.620)	(465.429)	(807.423)
Atualização monetária	1.091.370	57.232	23.432	1.172.034
Saldo em 31 de dezembro de 2025	7.767.005	3.357.396	842.562	11.966.963

Depósitos e bloqueios judiciais:

	Consolidado	
	2025	2024
Depósitos judiciais	5.262.391	4.572.677
Bloqueios judiciais	15.210	15.861
Total	5.277.601	4.588.538

A situação jurídica da Companhia e das suas controladas englobam processos de natureza tributária, regulatória, cível, consumidor, ambientais e trabalhista. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia e das suas controladas, assim as provisões refletem a melhor estimativa de desembolso provável futuro de caixa da Companhia na data-base.

As contingências cujo desfecho é considerado como possível de perda não estão provisionadas, conforme previsto no CPC 25 (IAS 37) e são apenas divulgadas para fins das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Segue abaixo a descrição das principais contingências da Companhia e suas controladas.

16.1.1 Contingências tributárias

Incluem diversas demandas tributárias, tendo sido contabilizada provisão, a qual é considerada suficiente para fazer face às prováveis perdas nesses processos.

A composição dos saldos de contingências prováveis e possíveis está demonstrada a seguir:

Natureza	Ref.	Consolidado					
		2025			2024		
		Provável	Possível	Total	Provável	Possível	Total
ICMS	a)	1.086.177	12.563.488	13.649.665	1.047.430	11.237.791	12.285.221
TFI/TFE/TFE	b)	51.106	3.766.543	3.817.649	-	3.835.795	3.835.795
FUST/FUNTTEL	c)	1.182.690	6.053.560	7.236.250	453.748	5.570.381	6.024.129
PIS e COFINS	d)	1.584.016	1.862.681	3.446.697	1.737.813	3.538.667	5.276.480
Glosas de compensação	e)	263.890	2.114.399	2.378.289	31.719	2.148.936	2.180.655
EBC	f)	1.677.270	10.085	1.687.355	1.364.081	102.595	1.466.676
IRPJ/CSLL	g)	749.302	713.548	1.462.850	1.033.233	246.039	1.279.272
IRRF/CIDE	h)	934.075	445.421	1.379.496	40.003	1.401.581	1.441.584
ISS	i)	50.493	522.014	572.507	43.076	567.846	610.922
Outras contingências tributárias	j)	187.986	327.965	515.951	51.483	457.530	509.013
Total de contingências		7.767.005	28.379.704	36.146.709	5.802.586	29.107.161	34.909.747

a) ICMS

As controladas possuem contingências fiscais de ICMS em 31 de dezembro de 2025 no valor de R\$13.649.665 (R\$12.285.221 em 31 de dezembro de 2024), o qual foi provisionado o valor de R\$1.086.177 (R\$1.047.430 em 31 de dezembro de 2024). Dentre as contingências de ICMS, destacamos:

- i. As controladas Claro, Claro NXT e Americel possuem autuações fiscais referentes ao aproveitamento supostamente indevido de crédito do imposto no ativo imobilizado. Em 31 de dezembro de 2025, essas causas montam R\$3.252.117 (R\$2.281.977 em 31 de dezembro de 2024), dos quais R\$203.151 foram provisionados (R\$203.343 em 31 de dezembro de 2024).
- ii. As controladas Claro, Claro NXT e Americel possuem contingências, referentes a exigência de ICMS sobre receitas de serviços de valor adicionado, preparatórios, suplementares ou conexos aos serviços de telecomunicações, bem como locação de equipamentos e perda de benefício. Em 31 de dezembro de 2025 o valor dessas contingências é de R\$2.726.506 (R\$2.048.280 em 31 de dezembro de 2024), do qual foi provisionado o valor de R\$470.946 (R\$453.634 em 31 de dezembro de 2024).
- iii. As controladas Claro e Americel possuem autuações fiscais de ICMS, em razão da declaração de inconstitucionalidade de determinados benefícios concedidos pelos Estados em desacordo com a Lei Complementar nº 24/75. Em 31 de dezembro de 2025 o valor dessas contingências é de R\$459.192 (R\$464.081 em 31 de dezembro de 2024) e a probabilidade de perda dessas causas é classificada como possível pela Administração e seus consultores jurídicos.

Notas Explicativas

- iv. A controlada Claro possui autuações fiscais de ICMS, lavrados pela Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo referente à exigência de ICMS sobre alegadas deduções da base de cálculo. Em 31 de dezembro de 2025 o valor dessas contingências é de R\$2.206.261 (R\$2.048.143 em 31 de dezembro de 2024) e a probabilidade de perda dessas causas é classificada como possível pela Administração e seus consultores jurídicos.
- v. As controladas Claro e Claro NXT possuem contingências, referentes a exigência de ICMS sobre ICMS ST, venda subsidiada, transposição de estoque, estorno de débito, diferimento, *easyband* e recarga (recarga SP e PB). Em 31 de dezembro de 2025 o valor dessas contingências é de R\$3.409.374, do qual foi provisionado o valor de R\$237.445 em 31 de dezembro de 2025.

b) Taxa de Fiscalização de Instalação ("TFI"), Taxa de Fiscalização de Funcionamento ("TFF") e Taxa de Fiscalização de Estabelecimento ("TFE")

As controladas Claro e Americel possuem contingências referentes ao suposto não recolhimento de TFI, TFF e TFE. Em 31 de dezembro de 2025 o valor dessas contingências é de R\$7.027.670 (R\$5.955.669 em 31 de dezembro de 2024), do qual há provisão no valor de R\$3.390.862 (R\$2.348.847 em 31 de dezembro de 2024), conforme divulgado na Nota 15.

A controlada Claro NXT possui contingências referentes ao suposto não recolhimento de TFF. Em 31 de dezembro de 2025 o valor dessas contingências é de R\$180.841 (R\$228.973 em 31 de dezembro de 2024), do qual foi provisionado o valor de R\$51.106.

c) FUST/FUNTTEL

As controladas Claro, Claro NXT e Americel possuem autuações da ANATEL relativas a supostos recolhimentos a menor de FUST, principalmente em razão da exclusão de receitas e custos de interconexão da base de cálculo do FUST. Em 31 de dezembro de 2025 o valor atualizado dessas autuações é de R\$5.027.410 (R\$4.149.950 em 31 de dezembro de 2024), do qual foi provisionado o valor de R\$963.656 (R\$453.609 em 31 de dezembro de 2024).

As controladas Claro, Claro NXT e Americel, possuem ainda autuações fiscais do Ministério das Comunicações exigindo o recolhimento do FUNTTEL. Em 31 de dezembro de 2025 o valor dessas autuações é de R\$2.208.839 (R\$1.874.179 em 31 de dezembro de 2024), principalmente em razão da exclusão de receitas e custos de interconexão da base de cálculo do FUNTTEL, havendo-se constituído provisão no valor de R\$219.034 (R\$139 em 31 de dezembro de 2024).

d) PIS/COFINS

As controladas Claro, Claro NXT e Americel possuem autuações de PIS e COFINS em 31 de dezembro de 2025 no valor de R\$3.446.697 (R\$5.276.480 em 31 de dezembro de 2024), do qual foi provisionado o montante de R\$1.584.016 (R\$1.737.813 em 31 de dezembro de 2024). Dentre as contingências de PIS e COFINS, destacamos:

- i. As controladas Claro e Claro NXT possuíam contingências de PIS e COFINS relacionadas à exclusão de receitas de interconexão de suas bases de cálculo, no valor de R\$1.709.130, dos quais R\$1.628.615 estavam provisionados. Em decorrência de decisão judicial favorável transitada em julgado na controlada Claro, durante o terceiro trimestre de 2025, a provisão foi revertida.

Notas Explicativas

- ii. As controladas Claro e Americel possuem contingências fiscais relacionadas a glosas de créditos de PIS e COFINS apurados no regime não cumulativo, no valor de R\$1.592.651 (R\$2.048.034 em 31 de dezembro de 2024). Essas contingências estavam classificadas como risco de perda possível, porém, após a avaliação técnica e jurídica realizada pelos assessores jurídicos internos e externos das controladas durante 2025 o valor de R\$1.042.308 foi classificado como risco de perda provável.
- iii. A controlada Claro no segundo trimestre de 2024, recebeu despacho decisório não homologando parcialmente pedidos de compensação de crédito de COFINS vinculados a compensações anteriores pendentes de homologação. Em 31 de dezembro de 2025 o valor dessa contingência é de R\$394.371 (R\$364.592 em 31 de dezembro de 2024). A Administração e seus consultores jurídicos avaliam como possível a probabilidade de perda dessa causa.

e) Glosas de compensação de créditos de IRPJ/CSLL e ILL

As controladas Claro, Claro NXT e Americel possuem contingências decorrentes de glosas de compensações de débitos de diversos tributos federais com créditos de IRPJ, CSLL e ILL, decorrentes de decisão judicial transitada em julgado ou de saldo/base negativo (a). Em 31 de dezembro de 2025 o valor dessas contingências é de R\$2.378.289 (R\$2.180.655 em 31 de dezembro de 2024), do qual foi provisionado o valor de R\$263.890 (R\$31.719 em 31 de dezembro de 2024).

f) Contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública - EBC

As controladas Claro, Claro NXT e Americel possuem contingências relacionadas à exigência da contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública. Em 31 de dezembro de 2025 o valor dessas contingências é de R\$1.687.355 (R\$1.466.676 em 31 de dezembro de 2024), do qual foi provisionado o valor de R\$1.677.270 (R\$1.364.081 em 31 de dezembro de 2024).

g) IRPJ/CSLL

As controladas Claro e Americel possuem contingências fiscais de IRPJ e CSLL, em 31 de dezembro de 2025 no valor de R\$1.462.850 (R\$1.279.272 em 31 de dezembro de 2024), do qual foi provisionado o montante de R\$749.302 (R\$1.033.233 em 31 de dezembro de 2024). Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos:

- i. Contingência oriunda da incorporada Embratel, relativo a créditos de CSLL 1998 auferidos decorrentes de serviços de exportação para compensar débitos do mesmo exercício. Em 31 de dezembro de 2025 o valor dessa contingência é de R\$219.475 (R\$332.938 em 31 de dezembro de 2024), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores jurídicos como provável, havendo-se constituído provisão pelo valor integral.
- ii. Contingência da controlada Claro oriunda da incorporada Embratel, relativa ao IRPJ e CSLL sobre as receitas decorrentes do tráfego entrante. Em 31 de dezembro de 2025 o valor dessa contingência é de R\$334.245 (R\$323.533 em 31 de dezembro de 2024), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores jurídicos como provável, havendo-se constituído provisão pelo valor integral.

Notas Explicativas

- iii. As controladas Claro NXT e Tvsat possuem contingências referente a IRPJ e CSSL decorrente da exclusão no cálculo do lucro real de incentivos fiscais recebidos (redução da base de cálculo do ICMS para TV paga) na forma de Doações Governamentais e Subsídios para Investimentos. Em 31 de dezembro de 2025 o valor dessa contingência é de R\$ 456.072. A probabilidade de perda foi classificada como possível em avaliação feita pelos consultores e pela Administração.
- iv. Contingências da controlada Claro referentes a exigência de IRPJ e CSLL resultantes da amortização supostamente indevida do ágio pago em aquisições de investimentos. Em 31 de dezembro de 2025 o valor dessas contingências é de R\$137.803 (R\$173.880 em 31 de dezembro de 2024) a probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores jurídicos como possível.

h) IRRF/CIDE

As controladas Claro, Claro NXT, Tvsat e Americel possuem autuações fiscais de IRRF e CIDE. Em 31 de dezembro de 2025 o valor dessas autuações é de R\$1.379.496 (R\$1.441.584 em 31 de dezembro de 2024), decorrentes, dentre outros, do suposto recolhimento a menor destes tributos sobre remessas efetuadas a título de programação, bem como a operadoras estrangeiras a título de remuneração pelo completamento de chamadas internacionais no exterior (tráfego sainte). Deste valor, foi provisionado R\$934.075 (R\$40.003 em 31 de dezembro de 2024), destacamos:

- i. As controladas Claro, Claro NXT e Tvsat possuem autuações fiscais de CIDE, que após a avaliação técnica e jurídica realizada pelos assessores jurídicos internos e externos, principalmente decorrente da decisão em caráter de repercussão geral do Supremo Tribunal Federal ("STF") sobre a matéria (Tema 914), foi classificado como risco de perda provável o valor de R\$892.139 (R\$660.260 em 31 de dezembro de 2024, classificado como possível).

i) ISS

As controladas Claro e Claro NXT possuem contingências de ISS, substancialmente decorrentes do não recolhimento do ISS sobre diversos serviços de telecomunicações, inclusive serviços de TV por assinatura, e outros serviços considerados pela fiscalização como tributáveis pelo ISS. Em 31 de dezembro de 2025, o valor dessas contingências é de R\$572.507 (R\$610.922 em 31 de dezembro de 2024), do qual foi provisionado o valor de R\$50.493 (R\$43.076 em 31 de dezembro de 2024).

j) Outras contingências tributárias

As controladas Claro, Claro NXT e Americel possuem outras contingências fiscais e previdenciárias. Em 31 de dezembro de 2025 o valor atualizado dessas contingências é de R\$515.951 no consolidado (R\$509.013 em 31 de dezembro de 2024). Foi constituída provisão no valor de R\$187.986 no consolidado (R\$51.483 em 31 de dezembro de 2024).

Notas Explicativas**16.1.2 Contingências regulatórias, cíveis, consumidores e ambientais**

Incluem diversas demandas regulatórias, cíveis, consumidores, ambientais, tendo sido contabilizada provisão, a qual é considerada suficiente para fazer face às prováveis perdas nesses processos.

A composição dos saldos de contingências prováveis e possíveis está demonstrada a seguir:

Natureza	Ref.	Consolidado					
		2025			2024		
		Provável	Possível	Total	Provável	Possível	Total
Regulatórias	a)	2.300.099	2.876.553	5.176.652	2.310.648	3.089.544	5.400.192
PADO	a.1)	391.547	2.593.968	2.985.515	398.222	2.759.571	3.157.793
ANATEL	a.2)	1.908.552	107.957	2.016.509	1.865.327	107.957	1.973.284
STFC	a.3)	-	174.628	174.628	47.099	222.016	269.115
Cíveis	b)	992.664	2.874.000	3.866.664	924.726	3.426.646	4.351.372
Disputa com terceiros	b.1)	992.664	2.572.650	3.565.314	924.726	3.125.296	4.050.022
Decreto (SAC)	b.2)	-	301.350	301.350	-	301.350	301.350
Consumidores	c)	57.942	440.461	498.403	63.904	487.634	551.538
Ambientais	d)	6.691	149.891	156.582	8.825	178.559	187.384
Total		3.357.396	6.340.905	9.698.301	3.308.103	7.182.383	10.490.486

a) Contingências regulatórias

Em relação às demandas regulatórias, no consolidado, o valor envolvido em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$5.176.652, sendo R\$2.300.099 considerado como perda provável e R\$2.876.553 como possível (R\$5.400.192, dos quais R\$2.310.648 considerado como perda provável e R\$3.089.544 como possível em 31 de dezembro de 2024).

a.1) Processos Administrativos ou Judiciais por Descumprimento de Obrigações (PADO's)

Em decorrência de alegado descumprimento de metas estabelecidas pela ANATEL, a agência instaurou processos administrativos, resultando em multas que estão sendo questionadas administrativa e judicialmente. Em 31 de dezembro de 2025 o valor desses processos é de R\$2.985.515 (R\$3.157.793 em 31 de dezembro de 2024) do qual foi provisionado R\$391.547 (R\$398.222 em 31 de dezembro de 2024). A redução nos valores está relacionada principalmente ao Termo de Conciliação para Adaptação dos Contratos de Concessão do STFC LD para o Regime de Autorização, conforme Nota 1.

Notas Explicativas

a.2) ANATEL - Encargos financeiros sobre o preço de outorgas

Correção monetária

Referem-se aos valores atualizados correspondentes à divergência entre os resultados obtidos pela ANATEL e pela Companhia na aplicação de correção monetária sobre os pagamentos das parcelas de algumas outorgas adquiridas, os quais estão sendo discutidos judicialmente. A Companhia calculou o montante da diferença com base em um método e indicadores específicos que representam a melhor estimativa da Companhia de desembolso de caixa; se forem utilizados outros métodos ou indicadores, o valor em discussão pode variar. Em 31 de dezembro de 2025, a controlada Claro constituiu provisão de R\$1.908.552 (R\$1.865.327 em 31 de dezembro de 2024).

MMDS

Em 16 de outubro de 2012, a controlada Claro venceu a licitação pública 004/2012/PVC/SPV da ANATEL, adquirindo algumas subfaixas do espectro de rádio MMDS. O edital estabelecia a obrigação dos adquirentes de buscar acordos com empresas de MMDS para os custos de substituição ou remanejamento para desocupação das subfaixas, nos termos do art. 12, da Resolução nº 544, de 11 de agosto de 2010.

Devido à impossibilidade de acordo com as empresas de MMDS, a controlada Claro e outras empresas buscaram a ANATEL para mediar este conflito. A ANATEL fixou o montante de R\$104.674, para pagamento até dia 21 de julho de 2013. Em caso de atraso no pagamento, seriam acrescidos valores decorrentes da incidência de juros de 1% ao mês, sem prejuízo das sanções aplicáveis em decorrência da correção monetária pelo IGP-DI.

Em julho de 2013 a controlada Claro entrou com ação judicial em desfavor da ANATEL e empresas de MMDS, por entender ilegal o ato da ANATEL, a fim de obter uma decisão judicial com a definição dos custos de substituição e remanejamento. Foi concedida a liminar para suspender a exigibilidade do ato da ANATEL em questão, que posteriormente foi revertida pelo Tribunal, que considerou o ato da ANATEL legal. Por esta razão em 06 de janeiro de 2014 a controlada Claro efetuou o depósito judicial de R\$107.957, a fim de prosseguir com as discussões. A controlada Claro apelou de tal decisão, que está pendente de julgamento. Durante o ano de 2016, a controlada Claro e algumas empresas parte Ré realizaram acordo pondo fim às disputas objeto da ação judicial em comento, com o levantamento dos valores depositados a partir de 2017. Referidos acordos não implicam em reconhecimento de tese de uma parte à outra, estando os respectivos termos já homologados judicialmente. A demanda judicial permanece com relação a parte das empresas, que não firmaram acordo. A Administração e seus consultores jurídicos avaliaram, em 31 de dezembro de 2025, R\$107.957 como perda possível (R\$107.957 em 31 de dezembro de 2024).

a.3) Pagamento do ônus pela prorrogação do contrato de concessão do STFC

Os Contratos de Concessão para prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades Longa Distância Nacional e Internacional, preveem o pagamento, a cada biênio, de ônus correspondente a 2% (dois por cento) da receita auferida pela controlada Claro, nos termos dos contratos, durante o período de prorrogação.

Notas Explicativas

Em decorrência de divergências com relação à definição da base de cálculo das receitas sobre as quais devem ser calculados os referidos pagamentos, a controlada Claro possui contingências decorrentes de disputas judiciais. Em 31 de dezembro de 2025 o valor dessas contingências é de R\$174.628 (R\$269.115 em 31 de dezembro de 2024), integralmente classificado como possível (R\$47.099 provisionado em 31 de dezembro de 2024, revertido em 2025). A redução nos valores está relacionada ao Termo de Conciliação para Adaptação dos Contratos de Concessão do STFC LD para o Regime de Autorização, conforme Nota 1.

a.4) Pagamento do ônus pela prorrogação do direito de uso de radiofrequências associadas à autorização do SMP

Os termos de autorização para uso das radiofrequências associadas ao serviço móvel pessoal (SMP) preveem o pagamento, a cada biênio, de ônus correspondente a 2% (dois por cento) da receita auferida pela controlada Claro, nos respectivos termos de autorização, durante o período de prorrogação.

Em decorrência de divergências com relação à definição da base de cálculo das receitas sobre as quais devem ser calculados os referidos pagamentos, a controlada Claro possui contingências decorrentes de disputas judiciais e administrativas. Em 31 de dezembro de 2025 o valor dessas contingências é de R\$850.157 (R\$483.026 de principal e R\$367.131 de atualização da Selic). A Administração e seus consultores jurídicos avaliam como provável a probabilidade de perda dessas causas, conforme Nota 13.

b) Contingências cíveis

Para as demandas cíveis, o valor envolvido em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$3.866.664, sendo R\$992.664 considerado como perda provável e R\$2.874.000 como possível (R\$4.351.372 dos quais R\$924.726 considerado como provável e R\$3.426.646 como possível, em 31 de dezembro de 2024).

b.1) Disputa com terceiros

A Companhia possui contingências decorrentes de disputas judiciais com terceiros, o valor envolvido em 31 de dezembro de 2025, foi de R\$3.565.314, sendo R\$992.664 como perda provável (R\$924.722 em 31 de dezembro de 2024) e R\$2.572.650 como perda possível (R\$3.125.296 em 31 de dezembro de 2024).

b.2) Decreto (SAC)

Em 27 de julho de 2009, foi movida uma ação civil coletiva ajuizada pelo Ministério Público Federal e outros, em face da controlada Claro, pleiteando indenização por danos morais coletivos, por alegado descumprimento de normas de proteção ao consumidor (art. 82, I e III da Lei 8.078/90), no que diz respeito às regras que disciplinam o Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC) por telefone, regulamentado pelo Decreto 6.523/08. O valor envolvido é de R\$301.350 como perda possível. Em setembro de 2013, a controlada Claro foi condenada ao pagamento de R\$30.000, a título de danos morais coletivos. A controlada Claro, junto de seus assessores jurídicos, apresentou recurso em 16 de outubro de 2013, pendente de julgamento. A Administração e seus consultores jurídicos avaliaram, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 como perda possível.

Notas Explicativas

c) Contingências consumidor

Para as demandas de consumidor, o valor envolvido em 31 de dezembro de 2025, foi de R\$498.403, sendo R\$57.942 considerado como perda provável e R\$440.461 como possível (R\$63.904 considerado como perda provável e R\$487.634 como possível, em 31 de dezembro de 2024).

d) Contingências ambientais

Para as demandas ambientais o valor envolvido em 31 de dezembro de 2025, foi de R\$156.582, sendo R\$6.691 considerado como perda provável e R\$149.891 como possível (R\$8.825 como perda provável e R\$178.559 como possível, em 31 de dezembro de 2024).

16.1.3 Contingências trabalhistas

Para as demandas trabalhistas, o valor envolvido em 31 de dezembro de 2025, foi de R\$1.335.708, sendo R\$842.562 considerado como perda provável e R\$493.146 como possível (R\$811.229 como perda provável e R\$580.468 como possível em 31 de dezembro de 2024). Dentre as contingências, destacamos:

Em agosto de 2015, decisão proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) afastou o uso da Taxa Referencial Diária (TRD) e determinou a adoção do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), o que acarretaria, conforme avaliação de especialistas, um aumento expressivo aproximado dos valores contingenciados. No entanto, em decisão datada em 14 de outubro de 2015, o Supremo Tribunal Federal (STF), deferiu liminar para suspender os efeitos da decisão proferida pelo TST, motivo pelo qual as correções monetárias continuam sendo realizadas com base na TRD.

16.2 Provisão para desmantelamento de ativos

As controladas Claro, Claro NXT, TdB e Americel mantém registradas provisões para obrigações decorrentes de desmantelamento de ativos pelo seu valor presente, que consiste na capitalização dos custos estimados a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros. A depreciação dos valores ativados é calculada com base na vida útil dos ativos. Esta capitalização tem como contrapartida uma provisão das obrigações decorrentes de desmantelamento de ativos, descontada a valor presente de modo a refletir a melhor estimativa corrente.

Em 31 de dezembro de 2025, o montante registrado no consolidado no ativo imobilizado na rubrica de infraestrutura, líquido da depreciação correspondente foi de R\$133.892 (R\$114.692 em 31 de dezembro de 2024). E o montante de R\$562.094 no consolidado a crédito no passivo, na rubrica de provisões não circulante (R\$500.223 em 31 de dezembro de 2024).

Em 31 de dezembro de 2025, as obrigações decorrentes de desmantelamento de ativos foram registradas pelo seu valor presente. As taxas de descontos utilizadas refletem a atual avaliação de mercado referente aos riscos específicos da Companhia.

Notas Explicativas

A movimentação da provisão para desmantelamento de ativos é como segue:

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo inicial	500.223	456.012
Adições (baixas), líquidas	20.447	(5.743)
Atualização monetária	41.424	49.954
Total	562.094	500.223

17. Transações com partes relacionadas

17.1. Condições gerais

As transações com partes relacionadas foram praticadas em condições e prazos acordados entre as partes, e seus principais saldos e valores estão descritos abaixo. A Companhia avalia a recuperabilidade das partes relacionadas e não há necessidade de provisionamento.

Certas transações (*cobilling*, longa distância, venda de equipamentos, taxa cobrada pelo uso da marca “Claro” e outros), por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

Conforme descrito na Nota 4, as aplicações financeiras incluem saldo com a parte relacionada Inbursa no montante de R\$6.001 com rendimento de R\$842 para o consolidado, com taxa média de remuneração de 14,68% a.a. (R\$568 na controladora e R\$30.954 no consolidado em 31 de dezembro de 2024, com taxa média de remuneração de 11,97%).

Conforme descrito na Nota 9, as aplicações financeiras em CDB pré-fixado no montante de R\$528.451 com rendimento R\$20.751 no consolidado, com taxa de juros pré-fixada de 13,61% a.a. estão mantidas com a parte relacionada Inbursa. Essas aplicações financeiras não possuem a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

Conforme descrito nas Notas 11.b e 19, as controladas possuem valores com a parte relacionada TBSA referente a contratos de arrendamento no montante de R\$6.752.582 (R\$5.183.870 em 31 de dezembro de 2024) de ativo de direito de uso e R\$6.997.858 (R\$5.739.741 em 31 de dezembro de 2024) de passivo de arrendamento.

Conforme descrito na Nota 18, as controladas Claro, Claro NXT, Americel, TdB e Tvsat são patrocinadoras de planos de benefícios pós-empregos aos seus empregados junto a Telos - Fundação Embratel de Seguridade Social (“Telos”).

Notas Explicativas

Apresentamos a seguir, um sumário dos saldos e das transações com partes relacionadas:

	Natureza da transação	Consolidado					
		2025		2024		2025	2024
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita (despesa)	Receita (despesa)
AMX Argentina S.A.	(a)	76.446	7.583	143.128	-	242.190	203.692
América Móvil Colômbia, S.A.C.	(a)	248.706	15.111	75.727	-	471.447	419.308
Claro CR Telecomunicaciones S.A.	(a)	-	-	-	-	43.019	35.337
CTE Telecom Personal, S.A. de C.V.	(a)	-	-	-	-	56.523	47.454
Compañía de Telecomunicaciones de El Salvador, S.A. de C.V. Y	(a)	-	-	-	-	36.355	33.835
Telecomunicaciones de Guatemala, S.A.	(a)	-	-	-	-	201.964	173.670
Empresa Nicaraguense de Telecomunicaciones, S.A	(a)	-	-	-	-	66.535	56.933
Compañía Dominicana de Telefonos, S. A.	(a)	42.253	-	47.437	-	174.224	172.081
Puerto Rico Telephone Company	(a)	88.376	-	13.115	-	(59.200)	(58.326)
Amov Finance B.V. ("Amov Finance")	(b)	-	12.384.636	-	10.503.114	(1.685.728)	(1.558.409)
AMX International Mobile S.A. de C.V. ("AMX International")	(b)	-	14.345.696	-	19.935.027	1.024.584	(5.445.369)
Olympic Plaza Holding N.V. ("Olympic Plaza")	(b)	-	1.306.956	-	1.321.733	(113.908)	(318.534)
América Móvil Perú	(b)	9.882	1	9.588	4	64.830	58.200
Procisa do Brasil Projetos e Construções		11	52.536	78	42.376	(264.177)	(207.785)
HITSS do Brasil Serviços Tecnológicos Ltda		420	264.303	349	237.473	(757.818)	(652.386)
Telmex Solutions		17.302	1.561	14.937	-	2.728	1.912
TBSA		5.764	125.114	1.340	95.607	(1.785.401)	(1.679.182)
Outras partes relacionadas		72.861	187.593	56.887	428.680	(95.601)	(93.331)
		562.021	28.691.090	362.586	32.564.014	(2.377.434)	(8.810.900)
Circulante		437.951	810.597	334.114	688.690		
Não circulante		124.070	27.880.493	28.472	31.875.324		

- (a) A controlada Claro e subsidiárias da América Móvil firmaram o contrato de licença para uso de diversas marcas de propriedade da Claro. O valor a ser cobrado é calculado com base em percentual da receita bruta auferida por cada subsidiária durante os trimestres e para a Colômbia durante os semestres. O prazo deste contrato foi de um ano, sendo automaticamente prorrogado por períodos iguais e sucessivos.

Notas Explicativas

(b) As informações a seguir, referem-se a mútuo passivo. As principais informações destes instrumentos contratuais são:

Empresa	Ref.	Parte relacionada	Taxas efetivas a.a.	Vencimento (1)	Consolidado						2024
					2023	Pagamentos	Juros pagos	Provisão de juros	Variação cambial	Transferência	
Claro	b.1)	AMX International	4,19% (*)	30/06/2033	7.466.232	-	-	562.754	2.157.545	-	10.186.531
Claro NXT	b.1)	AMX International	3,96% (*)	30/06/2033	3.865.927	-	-	205.535	1.106.054	-	5.177.516
Claro NXT	b.2)	AMX International	2,54%	15/01/2026	219.638	(237.703)	(2.757)	2.446	18.376	-	-
Claro NXT	b.2)	AMX International	2,54%	27/01/2026	121.082	(131.040)	(1.518)	1.349	10.127	-	-
Claro NXT	b.2)	AMX International	2,54%	28/01/2026	121.081	(131.040)	(1.517)	1.349	10.127	-	-
Claro NXT	b.2)	AMX International	2,82%	26/02/2026	242.290	(271.926)	(5.920)	5.577	29.979	-	-
Claro NXT	b.2)	AMX International	3,14%	06/03/2026	484.751	(561.159)	(13.912)	13.262	77.058	-	-
Claro NXT	b.2)	AMX International	3,14%	10/03/2026	484.752	-	(18.037)	17.479	135.020	-	619.214
Claro NXT	b.2)	AMX International	4,90%	11/03/2030	4.603.225	(1.404.979)	(184.151)	174.262	760.910	(3.945.060)	4.207
Claro NXT	b.2)	AMX International	11,40%	12/03/2030	-	-	(153.660)	156.159	-	3.945.060	3.947.559
Claro NXT		Olympic Plaza	2,54%	15/01/2026	1.034.459	-	(31.260)	30.181	288.353	-	1.321.733
Claro NXT		América Móvil	2,54%	15/01/2026	485.315	(503.343)	(3.913)	3.313	18.628	-	-
Claro		América Móvil	2,54%	22/01/2026	242.259	(251.189)	(1.957)	1.651	9.236	-	-
Claro		América Móvil	2,82%	23/02/2026	242.290	(251.189)	(2.177)	1.833	9.243	-	-
Claro		Amov Finance	11,50%	15/03/2027	7.284.755	(3.658.888)	(679.403)	642.172	-	-	3.588.636
Claro NXT		Amov Finance	11,50%	15/03/2027	1.033.959	-	(125.162)	120.234	-	-	1.029.031
Claro		Amov Finance	13,30%	24/01/2028	2.072.218	(563.893)	(211.939)	254.544	-	-	1.550.930
Claro		Amov Finance	13,10%	03/02/2028	411.748	-	(56.735)	54.501	-	-	409.514
Claro		Amov Finance	13,05%	17/02/2028	393.452	-	(54.008)	51.882	-	-	391.326
Claro		Amov Finance	12,80%	29/03/2028	569.825	-	(76.729)	73.708	-	-	566.804
Claro		Amov Finance	12,10%	26/04/2028	204.003	(148.452)	(71.848)	16.297	-	-	-
Claro		Amov Finance	11,67%	01/06/2028	405.591	(403.368)	(21.968)	19.745	-	-	-
Claro		Amov Finance	10,88%	15/08/2028	867.810	-	(99.414)	95.501	-	-	863.897
Claro		Amov Finance	10,30%	26/07/2028	1.545.460	-	(167.652)	161.052	-	-	1.538.860
Claro		Amov Finance	12,00%	20/12/2028	565.995	-	(70.655)	68.776	-	-	564.116
					34.968.117	(8.518.169)	(2.056.292)	2.735.562	4.630.656	-	31.759.874

(*) Taxa média

(1) Todos os contratos listados acima são sem garantias.

Notas Explicativas

Empresa	Ref.	Parte relacionada	Taxas efetivas a.a.	Vencimento (1)	Consolidado						
					2024	Pagamentos	Juros pagos	Provisão de juros	Variação cambial	Transferência	2025
Claro	b.1)	AMX International	4,19% (*)	30/06/2033	10.186.531	-	-	515.617	(1.141.445)	-	9.560.703
Claro NXT	b.1)	AMX International	3,96% (*)	30/06/2033	5.177.516	-	-	186.619	(579.142)	-	4.784.993
Claro NXT	b.2)	AMX International	3,14%	10/03/2026	619.214	(574.343)	(2.700)	2.574	(44.745)	-	-
Claro NXT	b.2)	AMX International	4,90%	11/03/2030	4.207	(3.892)	(25)	24	(314)	-	-
Claro NXT	b.2)	AMX International	11,40%	12/03/2030	3.947.559	-	(38.727)	36.229	-	(3.945.061)	-
Claro NXT	b.2)	Amov Finance	14,85%	11/03/2035	-	-	(463.791)	546.784	-	3.945.061	4.028.054
Claro NXT	b.3)	Olympic Plaza	2,54%	15/01/2026	1.321.733	-	(2.620)	2.370	(63.813)	(1.257.670)	-
Claro NXT	b.3)	Olympic Plaza	14,85%	28/01/2035	-	-	(126.066)	175.352	-	1.257.670	1.306.956
Claro NXT		Amov Finance	11,50%	15/03/2027	1.029.031	(603.471)	(99.867)	108.151	-	-	433.844
Claro		Amov Finance	11,50%	15/03/2027	3.588.636	(102.648)	(346.619)	407.761	-	-	3.547.130
Claro		Amov Finance	13,30%	24/01/2028	1.550.930	(1.031.638)	(140.478)	153.643	-	-	532.457
Claro		Amov Finance	13,10%	03/02/2028	409.514	(159.850)	(45.268)	50.796	-	-	255.192
Claro		Amov Finance	13,05%	17/02/2028	391.326	(391.043)	(20.929)	20.646	-	-	-
Claro		Amov Finance	12,80%	29/03/2028	566.804	-	(61.222)	73.506	-	-	579.088
Claro		Amov Finance	10,88%	15/08/2028	863.897	-	(79.323)	95.240	-	-	879.814
Claro		Amov Finance	10,30%	26/07/2028	1.538.860	-	(136.410)	160.612	-	-	1.563.062
Claro		Amov Finance	12,00%	20/12/2028	564.116	-	(66.709)	68.588	-	-	565.995
					31.759.874	(2.866.885)	(1.630.754)	2.604.512	(1.829.459)	-	28.037.288

b.1) Nos dias 09, 20 e 28 de junho de 2023, as controladas Claro e Claro NXT fizeram alteração dos contratos de empréstimos com a parte relacionada AMX International Mobile – México, prorrogando o vencimento para 30 de junho de 2033, e a taxa de juros atualizada para SOFR + Spread.

b.2) Em 29 de agosto de 2024, a controlada Claro NXT fez alteração de parte do contrato de empréstimo com a parte relacionada AMX International. O valor de USD700.000.000,00 foi alterado para R\$3.945.060 e a taxa de juros ajustada para empréstimos em reais para 11,40% a.a. As demais condições permaneceram inalteradas.

Em 30 de janeiro e 21 de março de 2025, a controlada Claro NXT fez alteração do credor do contrato de empréstimo com a parte relacionada AMX International para Amov Finance, taxa de juros ajustada para empréstimos em reais para 14,85% a.a. e o vencimento alterado para 11 de março de 2035. As demais condições permaneceram inalteradas.

b.3) Em 28 de janeiro e 21 de março de 2025, a controlada Claro NXT fez as seguintes alterações do contrato de empréstimo com a parte relacionada Olympic Plaza. O valor do principal de USD213.417.780,79 foi alterado para R\$1.257.671, a taxa de juros ajustada para empréstimos em reais para 14,85% a.a., e o vencimento alterado para 28 de janeiro de 2035. As demais condições permaneceram inalteradas.

Notas Explicativas

17.2. Remuneração dos administradores

	Consolidado	
	2025	2024
Salário	31.135	32.537
Participação nos resultados	24.068	24.952
Benefícios diretos e indiretos	684	931
Outros	1.152	1.120
Total	57.039	59.540

18. Planos de benefício pós-emprego

Demonstrativo de movimentação no consolidado:

Passivo atuarial:

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo inicial	1.653.245	2.121.053
Outros resultados abrangentes	(174.820)	(284.232)
Atualizações atuariais	486	834
Custo dos serviços e juros, líquidos	194.653	197.182
Custo do serviço passado	(152.478)	(271.308)
Pagamentos efetuados	(116.391)	(110.284)
Saldo final	1.404.695	1.653.245
Circulante	4.517	5.723
Não circulante	1.400.178	1.647.522

As controladas Claro, Claro NXT, TdB, Americel e Tvsat são patrocinadoras de planos de benefícios pós-emprego aos seus empregados, quais sejam:

- (i) Plano de Benefício Definido ("PBD") e Plano de Assistência Médica ("AMAP") para os aposentados participantes do PBD: A controlada Claro;
- (ii) Plano de Contribuição Variável ("PCV"): As controladas Claro, TdB, Americel e Tvsat;
- (iii) Plano de saúde: As controladas Claro, Americel e Claro NXT; e
- (iv) Plano Gerador de Benefício Livre ("PGBL"): As controladas Claro e Americel.

As controladas Claro, Claro NXT e Americel oferecem plano de saúde a seus empregados, que em parte representa um passivo atuarial no desligamento ou aposentadoria em função da Lei 9.656/98, que garante a continuidade, temporária ou vitalícia, dependendo do tempo de contribuição e se enquadram como benefícios pós-emprego.

À exceção dos planos de saúde oferecidos aos atuais empregados, os demais planos de benefícios previdenciários e de assistência médica, mencionados acima, constituem-se nos únicos benefícios pós-emprego concedidos aos empregados.

Por conta das obrigações com o AMAP e plano de saúde, a Companhia possui obrigações, no passivo não circulante, que somam R\$1.396.832 em 31 de dezembro de 2025 (R\$1.642.796 em 31 de dezembro de 2024).

Notas Explicativas

Em 30 de abril de 2014, foi aprovada pela Superintendência de Previdência Complementar do Ministério de Previdência Social ("PREVIC"), a alteração do regulamento do PBD, e publicada no Diário Oficial no dia 02 de maio de 2014. A alteração regulamentar, aprovada também pelo Conselho Deliberativo da Telos e com a anuência das patrocinadoras, consiste na exclusão de uma das fontes de custeio do mesmo, ou seja, a eliminação da contribuição mensal dos assistidos, tendo em vista a existência de Reserva Especial (montante decorrente do resultado superavitário, para revisão do plano de benefícios, de acordo com o art. 8º da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008), bem como da elaboração de estudo atuarial que constatou a possibilidade de não mais haver a contribuição mensal dos assistidos sem que isso cause qualquer impacto ao plano.

Em 31 de dezembro de 2025, a posição consolidada de participantes do PBD era: 2.862 aposentados e pensionistas (2.916 em 31 de dezembro de 2024).

As controladas Claro e Americel ofereciam aos seus funcionários a possibilidade de participar do plano de previdência privada do tipo PGBL, por intermédio do Icatu Hartford até 30 de abril de 2009, que administrava os fundos de investimentos.

A partir de 1º de maio de 2009, a ITAÚPREV passou a ser a administradora do Plano de Previdência Privada Complementar. Os valores que dizem respeito à parte da Companhia já foram integralmente transferidos. As reservas dos associados ou ex-associados que não fizeram a opção de portabilidade, continuam com os seus valores no Icatu Hartford.

A partir de 1º de janeiro de 2015 foi implantado o novo Plano de Previdência Privada junto à Telos, entidade fechada de previdência privada, e pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, tendo sede e foro no Rio de Janeiro. O plano da ITAÚPREV está mantido somente para aqueles já inscritos até 31 de dezembro de 2014.

O PCV foi instituído pela Telos, revisto pelo Governo Federal e aprovado em 19 de novembro de 1998. A modalidade do plano é variável e a contribuição da patrocinadora para participantes inscritos antes de 31 de outubro de 2014 é de 1% à 8% e para inscritos após esta data é de 1% a 7% do salário aplicável do participante (mesmo percentual de contribuição do empregado sobre o salário base, livremente escolhido pelo participante), além da contribuição extraordinária prevista no regulamento do plano para financiamento das despesas administrativas e do saldo de conta projetada, para benefícios nos casos de incapacidade e morte do participante em atividade.

Em 1º de setembro de 1999, foi assinado o termo de reconhecimento, confissão, aceitação e amortização de insuficiência atuarial, firmado entre a incorporada Embratel e a Telos e aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar. Pelas cláusulas do termo, a insuficiência atuarial reconhecida em favor da Telos deve ser paga no prazo máximo de 20 anos, com base no fluxo mensal de concessão de benefícios aos funcionários assistidos pelo PCV. O saldo da dívida deste termo é reajustado mensalmente com base no maior valor entre o retorno dos ativos da carteira da Telos no mês de referência e a meta atuarial. O referido valor do passivo junto a Telos, atualizado para 31 de dezembro de 2025, monta à importância de R\$4.517 no circulante e R\$25 no não circulante (31 de dezembro de 2024, R\$5.723 no circulante e R\$71 no não circulante).

Notas Explicativas

Em 20 de dezembro de 2018, a controlada Claro firmou o primeiro termo aditivo ao termo de reconhecimento, confissão, aceitação e amortização de insuficiência atuarial, prorrogando o vencimento do saldo devedor por mais 10 anos, passando a vencer em dezembro de 2028.

Em 12 de agosto de 2014, foi aprovado pela PREVIC - Superintendência de Previdência Complementar do Ministério de Previdência Social o novo regulamento do PCV, que entrou em vigor a partir do dia 01 de novembro de 2014.

As regras então vigentes estarão resguardadas para todos os participantes inscritos no PCV até o dia 31 de outubro de 2014, bem como os patrocinadores manterão todas as obrigações previstas no respectivo Estatuto e Regulamento.

Em 31 de dezembro de 2025 a posição consolidada de participantes do PCV era: 7.494 ativos e 4.472 aposentados e pensionistas (em 31 de dezembro de 2024 era 7.297 ativos e 4.442 aposentados e pensionistas).

O valor do principal é pago no mês em que o participante se aposenta, se torna inválido, falece, resgata ou porta recursos do plano.

Os compromissos assumidos com benefícios pós-emprego são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, pelo atuário externo, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33/IAS 19 - Benefícios a Empregados.

Segue abaixo o saldo dos ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras, consolidadas:

Ativo (passivo) de benefícios	2025			2024		
	Plano de saúde	PBD	PCV	Plano de saúde	PBD	PCV
Valor presente das obrigações atuariais	(1.404.571)	(2.701.482)	(2.116.402)	(1.650.524)	(2.609.983)	(1.802.126)
Valor justo dos ativos	7.739	3.923.035	3.043.145	7.728	3.980.592	3.125.067
Superávit (déficit) do plano	(1.396.832)	1.221.553	926.743	(1.642.796)	1.370.609	1.322.941
Efeito da restrição dos ativos do plano (superávit irrecuperável)	-	(1.219.102)	(930.045)	-	(1.370.609)	(1.327.576)
Total do passivo atuarial	(1.396.832)	2.451	(3.302)	(1.642.796)	-	(4.635)

Seguem as movimentações da obrigação referente aos planos:

	2025			2024		
	Plano de saúde	PBD	PCV	Plano de saúde	PBD	PCV
Saldo inicial	(1.650.524)	(2.609.983)	(1.802.126)	(2.114.092)	(2.787.773)	(2.005.154)
Custo do serviço corrente	(16.886)	-	(297)	(8.555)	-	(331)
Custo dos juros	(177.848)	(279.890)	(192.042)	(188.449)	(238.375)	(171.916)
Ganho/perdas atuariais	159.320	(123.418)	(344.719)	273.710	113.246	160.216
Benefícios pagos para ativos do plano	13.922	311.809	222.782	10.716	302.919	215.059
Benefícios pagos pela empresa	113.958	-	-	104.838	-	-
Transferência participantes inválidos	(531)	-	-	-	-	-
Custo do serviço passado	154.018	-	-	271.308	-	-
Saldo final	(1.404.571)	(2.701.482)	(2.116.402)	(1.650.524)	(2.609.983)	(1.802.126)

Notas Explicativas

Seguem as movimentações do valor justo dos ativos referente aos planos:

	2025			2024		
	Plano de saúde	PBD	PCV	Plano de saúde	PBD	PCV
Saldo inicial	7.728	3.980.592	3.125.067	7.795	3.949.857	3.183.567
Rendimentos sobre ativos do plano	855	436.414	343.172	717	343.544	279.207
Retorno dos ativos do plano superior (inferior) a taxa de desconto	(844)	(182.162)	(204.173)	(784)	(9.890)	(126.357)
Contribuições da patrocinadora	13.922	-	1.861	10.716	-	3.709
Benefícios pagos	(13.922)	(311.809)	(222.782)	(10.716)	(302.919)	(215.059)
Saldo final	7.739	3.923.035	3.043.145	7.728	3.980.592	3.125.067

Seguem as movimentações do efeito da restrição dos ativos do plano (superávit irrecuperável) para os seguintes planos:

	2025		2024	
	PBD	PCV	PBD	PCV
Saldo inicial	(1.369.033)	(1.327.576)	(1.162.084)	(1.185.242)
Rendimentos sobre ativos do plano, líquido	(156.344)	(151.610)	(105.169)	(107.857)
Efeito da restrição dos ativos do plano do período	306.275	549.141	(101.780)	(34.477)
Saldo final	(1.219.102)	(930.045)	(1.369.033)	(1.327.576)

Na tabela abaixo, apresenta-se o fluxo de caixa projetado para as obrigações dos seguintes planos:

Ano	Plano de saúde	PBD	PCV
2026	108.694	327.485	252.701
2027	117.533	327.236	249.986
2028	126.147	325.845	246.759
2029	134.154	323.245	242.984
2030	141.889	319.379	238.617
2031 a 2035	812.352	1.492.981	1.105.113

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado, para os planos são:

	2025		2024	
	Plano de saúde	PCV	Plano de saúde	PCV
Custo do serviço corrente	(16.886)	(297)	(8.555)	(331)
Juros líquido passivo (ativo)	(176.993)	(480)	(187.732)	(566)
	(193.879)	(777)	(196.287)	(897)

Principais premissas atuariais utilizadas:

a) Fatores econômicos

	Plano de saúde	PBD	PCV
Taxa de desconto	10,94% a.a.	11,44% a.a.	11,42% a.a.
Taxa anual de inflação a longo prazo	3,50% a.a.	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Crescimento dos custos médicos	5,05% a 9,71% a.a.	-	-
Crescimento dos custos médicos por faixa etária	4,00% a.a.	-	-
Custo médico anual, aos 65 anos de idade (1)	R\$15.288	-	-

Notas Explicativas

b) Fatores biométricos

	Plano de saúde	PBD	PCV
(i) Tábua de mortalidade geral	AT-2000 (1)	AT-2000 (1)	AT-2000 (1)
(ii) Tábua de mortalidade de inválidos	CSO 80	CSO 80	CSO 58
(iii) Tábua de entrada em invalidez	UP 84 Modificada (1)	-	Álvaro Vindas (-90%)
(iv) Rotatividade	Nula	-	-

(1) Tábuas específicas por sexo.

Análise de sensibilidade

As principais premissas ponderadas utilizadas para a análise de sensibilidade do saldo das obrigações dos planos são como seguem:

	Plano de saúde	PBD	PCV
Taxa de desconto	10,05% - 12,05%	10,47% - 12,47%	10,44% - 12,44%
Crescimento dos custos médicos	Crescimento/redução de 1%	-	-

As análises de sensibilidade apresentadas, baseiam-se em uma mudança na premissa, enquanto são mantidas constantes todas as demais:

Plano de benefícios	2025		2024	
	Consolidado		Consolidado	
	Taxa de desconto		Taxa de desconto	
	1%	-1%	1%	-1%
Plano de saúde	1.289.390	(1.540.641)	1.492.738	(1.840.339)
PBD	2.565.668	(2.844.319)	2.475.362	(2.760.654)
PCV	2.018.734	(2.225.195)	1.705.014	(1.910.615)

A natureza dos investimentos dos planos está alocada como segue:

	2025		
	Plano de saúde	PBD	PCV
Ações	-	0,01%	-
Fundos de investimento	100,00%	93,57%	95,16%
Investimentos imobiliários	-	6,14%	4,17%
Outros	-	0,28%	0,67%
	100,00%	100,00%	100,00%

19. Passivo de arrendamento

A Companhia e suas controladas possuem contratos classificados como arrendamentos que se enquadram no escopo da IFRS 16/ CPC 06 (R2), o passivo de arrendamento foi mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado, utilizando a taxa incremental de seus empréstimos. A taxa média anual ponderada consolidada dos contratos de arrendamento em 31 de dezembro de 2025 é de 11,47% (em 31 de dezembro de 2024 era de 11,87%), com prazo médio de vencimento de oito anos.

Notas Explicativas

A movimentação dos arrendamentos está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo inicial	13.177.700	14.258.064
Adições, líquidas (1)	4.835.430	1.587.721
Encargos financeiros	1.469.213	1.447.472
Pagamentos	(4.396.626)	(4.115.557)
Saldo final (2)	15.085.717	13.177.700
Circulante	3.806.807	3.618.194
Não circulante	11.278.910	9.559.506

(1) Representam principalmente adições, baixas, alteração na contraprestação do arrendamento e prorrogação do prazo de arrendamento contratual.

(2) Inclui valores com a parte relacionada TBSA no montante de R\$6.997.858 (R\$5.739.741 em 31 de dezembro de 2024).

A seguir, apresentamos o cronograma dos valores a pagar dos arrendamentos em 31 de dezembro de 2025:

Vencimentos das prestações	Valor
2026	4.410.136
2027	3.650.207
2028	3.224.538
2029	2.707.174
2030	2.106.124
Posterior a 2030	5.493.809
Valores não descontados (1)	21.591.988
Juros embutidos	(6.506.271)
Saldo do passivo de arrendamento	15.085.717

(1) A Companhia reconhece o passivo de arrendamento pelo seu valor integral, ajustado ao valor presente, sem a redução do saldo pelos tributos PIS e COFINS no montante de R\$528.922.

Em atendimento ao Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2019 e ao Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2020, a Companhia e suas controladas divulgam os dados para projeção do modelo de taxa nominal e fluxo de caixa nominal requerido pela CVM. Taxa média ponderada e inflação projetada:

	Inflação projetada (i)	Fluxo de caixa (valor presente)	Fluxo com projeção de inflação
2026	4,17%	3.806.601	3.965.336
2027	3,80%	3.105.190	3.223.187
2028	3,50%	2.469.284	2.555.709
2029	3,50%	1.868.213	1.933.600
Posterior a 2029	3,50%	3.836.429	3.970.704
Total		15.085.717	15.648.536

(i) A inflação projetada é demonstrada para fins de cálculos do fluxo de caixa, conforme tabela acima. A fonte considerada é o relatório Focus do Banco Central.

Notas Explicativas

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 14 de junho de 2024, em AGE, foi aprovado um aumento de capital na Companhia no valor de R\$2.207.845 com a emissão de 47.723.836.623, novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas pela Amov I, S.A. de C.V. e integralizadas em moeda corrente nacional. As novas ações conferem os mesmos direitos e têm as mesmas características e restrições das demais ações de mesma espécie de emissão da Companhia, e participam de forma integral em quaisquer distribuições de dividendos e/ou juros sobre capital próprio que venham a ser declarados pela Companhia a partir da data de 14 de junho de 2024.

Em 29 de dezembro de 2025, em AGE, foi aprovado um aumento de capital da Companhia no valor de R\$7.483.889 sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de (i) R\$1.500.000 oriundos da conta dos lucros apurados pela Companhia entre 1º de janeiro de 2025 e 30 de novembro de 2025; (ii) R\$331.323 provenientes da reserva legal da Companhia; e (iii) R\$5.652.565 provenientes da reserva de lucros da Companhia, conforme apurados no balanço intermediário da Companhia com data-base de 30 de novembro de 2025.

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$19.201.303 (R\$11.717.414 em 31 de dezembro de 2024), divididos em 251.307.342.891 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

1. Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatória.

A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia constituiu a reserva legal de R\$123.074.

c) Dividendos mínimos obrigatórios

O Estatuto Social assegura um dividendo mínimo anual obrigatório correspondente a 1% do lucro líquido apurado conforme a legislação societária, após apropriação à reserva legal.

Em 29 de abril de 2024, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGO"), foi aprovada a proposta de dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R\$16.501, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, com a subsequente reversão do referido valor de dividendos mínimos obrigatórios para a Reserva de Lucros a Realizar em função da limitação financeira da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia constituiu o dividendo mínimo obrigatório de R\$23.384.

Notas Explicativas

d) Outros resultados abrangentes

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 houve o reconhecimento dos valores oriundos de ganhos atuariais no montante de R\$57.032 (ganhos atuariais no montante de R\$88.740 em 31 de dezembro de 2024) e reflexo de ganho de variação cambial sobre o investimento líquido no exterior no montante de R\$604 (ganho de variação cambial de R\$1.664 em 31 de dezembro de 2024).

e) Destinação do lucro líquido

	2025
Lucro líquido do exercício	2.461.484
Constituição da reserva legal	(123.074)
Dividendos mínimos obrigatórios	(23.384)
Aumento de capital	(1.500.000)
Constituição de lucros a realizar	(815.026)
	-

f) Resultado por ação

	2025	2024
Resultado do período atribuível aos acionistas da companhia:		
Resultado disponível aos acionistas ordinários	2.461.484	(642.507)
Denominador (por lote de mil ações):		
Média ponderada do número de ações ordinárias	251.307.343	229.662.106
Lucro líquido básico e diluído por ação, em reais:		
Ação ordinária	0,00979	(0,00280)

A Companhia não possui nenhuma ação ordinária potencial que pudesse diluir o cálculo do resultado por ação.

21. Receita operacional, líquida

	Consolidado	
	2025	2024
Receita bruta de serviços	59.152.543	55.795.906
Receita bruta de aparelhos	4.358.820	3.627.749
Deduções de vendas:		
Tributos	(10.462.189)	(9.528.251)
Descontos	(1.218.839)	(961.689)
Devoluções	(18.255)	(18.819)
Receita operacional, líquida	51.812.080	48.914.896

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Notas Explicativas

22. Custos e despesas por natureza

As demonstrações dos resultados da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento dos custos e despesas por natureza:

	Consolidado	
	2025	2024
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(29.451.984)	(28.490.155)
Despesas comerciais	(9.201.548)	(8.758.843)
Despesas gerais e administrativas	(4.197.739)	(3.695.684)
Outras receitas operacionais, líquidas	1.747.409	1.270.684
	(41.103.862)	(39.673.998)
Serviços de terceiros	(11.467.795)	(10.376.051)
Depreciação e amortização	(12.678.938)	(12.512.379)
Mão de obra própria	(5.050.835)	(4.649.461)
Interconexão	(1.315.015)	(1.441.105)
Canais de conteúdo	(3.895.345)	(3.925.450)
Custo dos aparelhos e acessórios vendidos	(2.837.694)	(2.725.222)
Taxas e contribuições	(1.666.070)	(1.666.048)
Aluguéis	(228.895)	(180.836)
Publicidade	(1.203.606)	(1.109.223)
Perda com recebíveis (1)	(902.912)	(833.072)
Outras receitas (custos e despesas), líquidas	143.243	(255.151)
	(41.103.862)	(39.673.998)

(1) Compreende provisão para perdas de crédito esperadas e, também, outras perdas relacionadas com contas a receber.

23. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Juros sobre tributos e outros	76	2.029	954.552	426.032
Receita de aplicação financeira	2.902	1.896	124.666	77.589
Outras receitas financeiras	-	-	4.499	3.614
Variações cambiais, líquidas	-	-	1.901.016	-
	2.978	3.925	2.984.733	507.235
Despesas financeiras				
Juros de empréstimos, financiamentos, debêntures e mútuos	-	(115.468)	(3.802.181)	(3.724.960)
Atualização de contingências e depósitos judiciais	-	(8)	(1.488.488)	(706.621)
Juros sobre tributos	(6.590)	(8.752)	(557.142)	(818.134)
Arrendamentos	-	-	(1.469.213)	(1.447.472)
Outras despesas financeiras	(5.996)	(196)	(503.768)	(229.802)
Variações cambiais, líquidas	-	-	-	(5.004.168)
Variações monetárias, líquidas	-	-	(161.509)	(129.544)
	(12.586)	(124.424)	(7.982.301)	(12.060.701)
	(9.608)	(120.499)	(4.997.568)	(11.553.466)

Notas Explicativas

24. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A composição das despesas com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Corrente				
Imposto de renda	(459)	-	(435.285)	(76.508)
Contribuição social	(537)	-	(147.746)	(23.571)
	(996)	-	(583.031)	(100.079)
Diferidos				
Imposto de renda	-	-	(310.357)	806.234
Contribuição social	-	-	(115.542)	291.486
	-	-	(425.899)	1.097.720
	(996)	-	(1.008.930)	997.641

A Companhia e algumas controladas possuem créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas no montante total de R\$802.823 em 31 de dezembro de 2025 (R\$1.378.242 em 31 de dezembro de 2024), que não foram reconhecidos pelo fato de não possuírem perspectivas de realização futura.

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos resultados, estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	2.462.480	(642.507)	5.716.071	(2.304.255)
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(837.243)	218.452	(1.943.464)	783.447
Ajustes para cálculo do crédito tributário:				
Equivalência patrimonial	840.588	(177.247)	1.843	2.826
Perdas com recebíveis	-	-	(21.383)	(3.092)
Tributos diferidos não reconhecidos (1)	(3.345)	(41.205)	(18.206)	(56.429)
Tributos diferidos reconhecidos no exercício (2)	-	-	612.693	196.992
Lucro da exploração	-	-	96.899	-
Atualização Selic de indêbitos	-	-	248.482	-
Outras adições (exclusões) (3)	(996)	-	14.206	73.897
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido do exercício	(996)	-	(1.008.930)	997.641
Imposto de renda e contribuição social correntes	(996)	-	(583.031)	(100.079)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(425.899)	1.097.720
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(996)	-	(1.008.930)	997.641
Taxa efetiva	N/A	N/A	-17,7%	-43,3%

- (1) Tributos diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, fundamentado em estudo técnico com teste de recuperabilidade, conforme nota 7.2, sem perspectiva de recuperação.
- (2) Em 31 de dezembro de 2025, as controladas Claro NXT, Tvsat e BrasilCenter registraram um ativo fiscal diferido de diferenças temporárias e imposto de renda sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, fundamentado em estudo técnico com teste de recuperabilidade destes ativos, no montante de R\$612.693 (R\$196.992 em 31 de dezembro de 2024).
- (3) Em 2025 a Companhia utilizou o benefício da Lei do Bem instituído pela Lei nº 11.196/05, que permite a dedução diretamente na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social do valor correspondente a 60% do total dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica, observadas as regras estabelecidas na referida lei.

Notas Explicativas

25. Instrumentos financeiros e gestão de capital e riscos

a) Valores estimados de mercado

Os saldos das contas a receber e a pagar registrados no circulante, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos e/ou indexação a taxas de juros de mercado ou índices de correção monetária.

As aplicações financeiras estão atualizadas de acordo com as taxas pactuadas junto às instituições financeiras, sem expectativa de geração de perda para a Companhia e suas controladas.

Os saldos de mútuos com partes relacionadas estão registrados de acordo com as taxas pactuadas com as contrapartes.

Da mesma forma, os saldos de instrumentos financeiros estão registrados de acordo com as taxas pactuadas com as contrapartes, e em conformidade com os preços divulgados pelo Agente Fiduciário Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários para cada ativo.

Segue a classificação dos principais instrumentos financeiros:

			Consolidado			
			2025		2024	
Classificação	Hierarquia de valor justo		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa			1.362.468	1.362.468	932.608	932.608
Aplicações financeiras			528.452	532.986	-	-
Contas a receber, líquidas			8.057.709	8.057.709	7.397.627	7.397.627
Créditos com partes relacionadas			562.021	562.021	362.586	362.586
			10.510.650	10.515.184	8.692.821	8.692.821
Passivo						
Fornecedores			9.239.994	9.239.993	9.419.693	9.419.693
Mútuos com partes relacionadas em reais			13.691.592	13.208.590	14.450.673	14.218.849
Mútuos com partes relacionadas em dólares			14.345.696	14.557.590	17.309.201	18.348.184
Obrigações com partes relacionadas			653.802	653.802	804.140	804.140
Debêntures			9.059.670	9.089.837	10.424.670	10.418.513
			46.990.754	46.749.812	52.408.377	53.209.379

A Administração da Companhia considera que os saldos contábeis de alguns de seus ativos e passivos financeiros se aproximam dos seus respectivos valores justos em razão das características desses ativos e passivos financeiros, bem como do vencimento de parte substancial dos saldos ocorrer em datas próximas às dos balanços.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia e suas controladas podem ser assim apresentados:

b) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

Notas Explicativas

A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e notas comerciais. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

Os índices de endividamento líquido consolidado sobre o patrimônio líquido da Companhia são compostos das seguintes formas:

	Consolidado	
	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	1.362.468	932.608
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(9.059.670)	(10.424.670)
Endividamento líquido	(7.697.202)	(9.492.062)
Patrimônio líquido	24.906.178	20.107.795
	30,9%	47,2%

c) Risco de taxa de câmbio

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio.

Na data de encerramento do exercício, a Administração considerou relevantes os seguintes riscos:

Risco de queda do dólar

Cenário I	Dólar - 5%	R\$5,2273
Cenário II	Dólar - 25%	R\$4,1268
Cenário III	Dólar - 50%	R\$2,7512

Risco de alta do dólar

Cenário I	Dólar + 5%	R\$5,7775
Cenário II	Dólar + 25%	R\$6,8780
Cenário III	Dólar + 50%	R\$8,2536

Notas Explicativas

Segue abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia esteja exposta na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas:

Operação	Posição em 31/12/2025	Ganho/(perda)			
		Cenário I provável	Cenário II	Cenário III	
Queda do US\$					
Partes relacionadas	14.345.696	717.285	3.586.424	7.172.848	
Fornecedores	48.657	2.433	12.164	24.328	
Outros (Ativos-Passivos)	(34.224)	(1.711)	(8.556)	(17.112)	
		718.007	3.590.032	7.180.064	
Alta do US\$					
Partes relacionadas	14.345.696	(717.285)	(3.586.424)	(7.172.848)	
Fornecedores	48.657	(2.433)	(12.164)	(24.328)	
Outros (Ativos-Passivos)	(34.224)	1.711	8.556	17.112	
		(718.007)	(3.590.032)	(7.180.064)	

d) Risco de indexador da dívida

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e índices de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado.

Na data de encerramento do exercício, a Administração considerou relevantes os seguintes cenários:

Cenário provável	Cenário I	Cenário II
CDI em 31/12/2025	CDI + 50%	CDI – 50%
14,90%	22,35%	7,45%

Cenário provável	Cenário I	Cenário II
IPCA em 31/12/2025	IPCA + 50%	IPCA – 50%
4,26%	6,39%	2,13%

Abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia esteja exposta na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas:

Operação	Posição em 31/12/2025	(Ganho)/perda	
		Cenário I	Cenário II
Dívida indexada a CDI	R\$6.323.731	511.759	(493.382)
Dívida indexada a IPCA	R\$2.735.939	145.173	(142.833)

A Companhia e suas controladas não têm pactuados contratos de derivativos para fazer *hedge* contra este risco. Porém, a Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Notas Explicativas

e) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, revendedores de aparelhos celulares (“*dealers*”) e distribuidores de recargas de pré-pago.

A ANATEL requer que o serviço de telefonia celular esteja disponível a todos os interessados independentemente da renda e da ordem em que sejam recebidas as inscrições.

O risco de crédito com relação às contas a receber dos serviços de telefonia móvel celular, TV por assinatura, internet, banda larga e telefonia fixa é diversificado por conta da pulverização da base de assinantes. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia e suas controladas realizam análise de crédito, para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência e monitora as contas a receber de assinantes, interrompendo a capacidade de originar chamadas, visualizar o sinal de TV por assinatura e conectar à internet, caso o cliente deixe de realizar seus pagamentos, de acordo com as normas da ANATEL.

A política de vendas de aparelhos e distribuição de recargas de pré-pagos das controladas da Companhia estão intimamente associadas ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. Com respeito a lojistas e distribuidores, a Companhia e suas controladas mantém limites de crédito individuais, com base em análise de potencial de venda, histórico de risco e inadimplência.

A seletividade de seus clientes, diversificação de sua carteira de recebíveis e o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites de posição são procedimentos que a Companhia e suas controladas adotam a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência de seus parceiros comerciais.

f) Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pelo risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

A Companhia estrutura os vencimentos das dívidas de modo a não afetar a sua liquidez. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez, conforme Notas 14, 17, 19 e 26.

Notas Explicativas

26. Compromissos

A Companhia e suas controladas têm compromissos por meio de vários contratos operacionais não canceláveis que vencem em datas diferentes, com *capex*, direitos de passagem e serviços, cujos pagamentos são mensais.

Em 31 de dezembro de 2025, os valores totais equivalentes ao período integral dos contratos eram:

	Consolidado
2026	2.941.471
2027	1.103.688
2028	1.145.145
2029	1.187.751
2030	1.231.366
Posterior a 2030	6.679.425
Total	14.288.846

27. Seguros

A política de seguros da Companhia foi instituída de acordo com as regras integrantes do Programa de Seguros Mundial constituído pelo Grupo América Móvil, do qual a Companhia faz parte. O respectivo programa visa garantir a reposição das perdas Patrimoniais e Operacionais aos quais a Companhia está sujeita em função de suas operações, estabelecendo apólice em valores suficientes para suportar eventuais perdas. Desta forma objetivando mitigar os riscos e considerando as características específicas das operações adota-se o conceito de Limite Máximo provável de danos em um mesmo evento, tendo como limite de indenização o valor aproximado de R\$1.925.840, abrangendo todas as empresas do grupo. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguro, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

28. Outras garantias

A Companhia e suas controladas firmaram cartas de fiança e contratos de seguro, com a finalidade de garantir, principalmente, o pagamento de ações tributárias, regulatórias, cíveis e trabalhistas no montante de R\$28.813.453 em 31 de dezembro de 2025 (R\$25.551.061 em 31 de dezembro de 2024).

Notas Explicativas

29. Eventos subsequentes

a) Debêntures

Em 15 de janeiro de 2026 a controlada Claro realizou a 17ª Emissão de Debêntures, no valor de R\$3.000.000 (três bilhões de reais), mediante a emissão de 3.000.000 (três milhões) de Debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (um mil reais). As Debêntures terão prazo total de 10 (dez) anos, com 3 amortizações no 8º, 9º ano contados da data de emissão e no vencimento final. Os juros serão pagos semestralmente nos dias 15 de janeiro e julho, iniciando em 15 de julho de 2026, à taxa de IPCA + 7,0225%a.a. As debêntures não têm garantia.

Em 27 de janeiro de 2026, a controlada Claro liquidou a 13ª emissão de debêntures quirografárias, não conversíveis em ações, totalizando R\$1.500.000 de principal e juros R\$120.646.

b) Aquisição da Desktop S.A. pela controlada Claro NXT

Em 22 de março de 2026, a controlada Claro NXT anunciou a celebração de um Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças para a aquisição de 73,01% do capital social da Desktop S.A. O preço de compra foi definido com base em um Enterprise Value de R\$4 bilhões, considerando o endividamento líquido da Desktop em 30 de setembro de 2025, estimado em R\$1,6 bilhão. Assim, o preço acordado para a participação adquirida totaliza R\$2,4 bilhões, equivalente a R\$20,82 por ação pago aos acionistas controladores. A operação permanece sujeita à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), além da realização de uma Oferta Pública de Aquisição (OPA) destinada aos demais acionistas, garantindo tag along pelo mesmo preço por ação pago no controle.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Acionistas, à Diretoria e aos Conselheiros da
Claro Telecom Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Claro Telecom Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Claro Telecom Participações S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões para contingências tributárias

Por que é um PAA

Conforme divulgado na nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia está sujeita à fiscalização das autoridades competentes e é parte em processos administrativos e judiciais, no curso normal de suas atividades, relacionados a contingências tributárias.

A Diretoria da Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos, exerce julgamento significativo na avaliação da necessidade de reconhecimento de provisões e das divulgações requeridas relativas aos processos administrativos, judiciais e demais passivos contingentes. Tais julgamentos envolvem incertezas relevantes quanto às premissas utilizadas para estimar a probabilidade de perda e a mensuração dos potenciais desembolsos futuros de caixa.

Ademais, a complexidade do ambiente tributário, bem como eventuais mudanças nas condições externas e no entendimento das autoridades fiscais, pode impactar de forma significativa os valores reconhecidos e as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras. Em razão da relevância dos montantes envolvidos e do grau de julgamento requerido, consideramos esse assunto um assunto principal em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento obtido por meio de indagações à Diretoria e a seus assessores legais acerca dos processos em andamento, dos riscos associados e dos controles internos implementados pela Diretoria; (ii) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes relacionados às contingências tributárias, incluindo a execução de testes de efetividade sobre esses controles; (iii) envio, em bases amostrais, de cartas de confirmação diretamente aos assessores jurídicos externos da Companhia, com o objetivo de obter o prognóstico das causas patrocinadas e os valores envolvidos em cada processo e realizar o confronto dessas informações com os registros contábeis correspondentes em 31 de dezembro de 2025; (iv) obtenção de representações formais dos executivos da Companhia; e (v) avaliação da adequação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que os julgamentos exercidos e critérios adotados pela Diretoria para as provisões para contingências tributárias, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Reconhecimento da receita

Por que é um PAA

O reconhecimento da receita da Companhia é suportado por um volume significativo de controles de tecnologia da informação e sistemas, com o objetivo de assegurar que as receitas decorrentes da prestação de serviços sejam mensuradas de forma apropriada e reconhecidas no período contábil correto, incluindo aquelas referentes a serviços prestados e ainda não faturados. As políticas contábeis aplicáveis e os critérios adotados para o reconhecimento da receita estão divulgados na nota explicativa nº 3.17 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

O processo de reconhecimento de receita é considerado complexo em razão, principalmente, do elevado volume de transações, da significativa dependência dos sistemas de informação utilizados e da necessidade de assegurar a integridade dos relatórios utilizados para o processamento, o faturamento e a contabilização das receitas.

Devido à relevância dos valores envolvidos e à complexidade operacional do processo requerido na mensuração e no reconhecimento das receitas, consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) obtenção de entendimento do processo de reconhecimento de receita e avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes, incluindo controles gerais e automatizados de tecnologia da informação; (b) execução de testes de efetividade dos controles automáticos e manuais considerados relevantes para o processamento, o faturamento e a contabilização das receitas, bem como dos controles de tecnologia da informação dos sistemas relacionados; (c) realização de testes substantivos, em base amostral, sobre transações de receita, incluindo a inspeção de contratos, faturas e demais documentos-suporte; (d) avaliação dos critérios e das premissas utilizados pela Administração para a mensuração da receita de serviços prestados e ainda não faturados ao final do período; e (e) avaliação da adequação das divulgações relacionadas ao reconhecimento de receita apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nos procedimentos executados, consideramos que os critérios adotados pela Administração, os controles internos implementados e as divulgações relacionadas ao reconhecimento da receita são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório, datado de 17 de março de 2025, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas

controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as respectivas salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Alexandre Cassini Decourt
Contador
CRC nº 1 SP 276957/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto no artigo 27, parágrafo 1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, o Diretor Presidente e o Diretor de Relações com Investidores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

José Antônio Guaraldi Félix
Diretor Presidente

Roberto Catalão Cardoso
Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento ao disposto no artigo 27, parágrafo 1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, o Diretor Presidente e o Diretor de Relações com Investidores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

José Antônio Guaraldi Félix
Diretor Presidente

Roberto Catalão Cardoso
Diretor de Relações com Investidores